

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO

LEONARDO NOGUEIRA

MORTE MORRIDA OU MATADA? QUE DIFERENÇA FAZ? ABORDAGENS
JURÍDICAS E DE POLÍTICA CRIMINAL QUANTO À INOPERÂNCIA ESTATAL NOS
CASOS DE HOMICÍDIO DOLOSOS

CURITIBA
2015

LEONARDO NOGUEIRA

MORTE MORRIDA OU MATADA? QUE DIFERENÇA FAZ? ABORDAGENS
JURÍDICAS E DE POLÍTICA CRIMINAL QUANTO À INOPERÂNCIA ESTATAL NOS
CASOS DE HOMICÍDIO DOLOSOS

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção de Graduação no Curso de Direito, da
Faculdade de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Priscilla Placha Sá.

CURITIBA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

LEONARDO NOGUEIRA

**MORTE MORRIDA OU MATADA? QUE DIFERENÇA FAZ? ABORDAGENS
JURÍDICAS E DE POLÍTICA CRIMINAL QUANTO À INOPERÂNCIA ESTATAL NOS
CASOS DE HOMICÍDIO DOLOSOS**

Monografia aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado no Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha Sá

Prof. Dr. André Ribeiro Giamberardino

Prof.^a Renata Ceschin Melfi de Macedo

Curitiba, 04 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

À professora Priscilla, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A minha esposa Ana Nice, pelo amor e apoio incondicionado nesta desafiadora etapa da minha vida.

A Ísis, minha filha e mais nova motivação e força de inspiração.

“Para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada”.

(EDMUND BURKE)

RESUMO

O presente trabalho procura demonstrar o complexo fenômeno do homicídio no país, em especial aqueles dolosos, não raro cometidos à mão armada, delito esse certo modo endêmico no país, na medida em que as cifras de mortes ultrapassam 50 mil óbitos anuais. Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objeto, através de um significativo conjunto de dados empíricos, bibliográficos e outros colhidos em campo, evidenciar esse altíssimo índice de homicídios dolosos, bem como apontar o que têm impactado na baixíssima elucidação de casos (variando em média na proporção de 10% dos casos). Nada obstante, nessa espécie de “radiografia” do crime, procurando entendê-lo, virão à tona nas páginas seguintes alguns pontos escolhidos como relevantes para entendimento desse objeto supracitado. Dentre eles vale citar o impacto da impunidade evidenciado pelos baixíssimos índices de inquéritos instaurados (ou seja, a não correspondência entre o número de homicídios e o número de IPs); bem como a demonstração de que nada obstante baixíssimos inquéritos instaurados ainda mais baixos são os índices de elucidação de casos, ou de eficácia investigativa na medida em que não raro a investigação não consegue apontar indícios mínimos de autoria; e, ainda, traremos à tona a emblemática cultura da violência urbana e o medo na contemporaneidade líquida social; bem como a questão das armas de fogo, a facilidade de acesso e o tráfico principalmente interno de armas no país; a questão dos grupos criminosos (enquanto gênero) e algumas espécies como “esquadrões da morte, ou grupos de extermínio”, “milícias”, dentre outras espécies de máfia à brasileira; entre outras abordagens. Finalmente, sempre buscando relação como o objeto (altíssimos índices de homicídios e baixíssimos índices de elucidação), levantar-se-á, na pesquisa, abordagens críticas a despeito da atual política de segurança pública, como, por exemplo, a sobreposição ou relevância dada à proteção de bens jurídicos patrimoniais em contrapartida a bens jurídicos significativamente mais relevantes como “a vida humana.” E, por fim, levantaremos a questão do desenvolvimento humano como pressuposto fundamental, talvez inicial de uma pretensa efetiva política de segurança pública, que atualmente se apresenta questionável no Brasil diante dos índices de violência que serão expostos nas páginas seguintes.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídio; violência urbana; medo; impunidade; segurança pública; armas de fogo; grupos criminosos.

RESUMEN

Este estudio pretende demostrar el complejo fenómeno de homicidios en el país, especialmente aquellos intencional, a menudo hecha a punta de pistola ofensiva este derecho de manera endémica en el país, en la medida en que las muertes de los números exceden 50.000 muertes al año. En este sentido, el objetivo del presente estudio, a través de un importante cuerpo de datos empíricos, bibliográficos y otros recogidos en el campo, muestran que muy alta tasa de asesinatos, así como señalar lo que se impactó en muy baja esclarecimiento de los casos (que van en promedio la proporción de 10% de los casos). No obstante, este tipo de "radiografía" del crimen, lo entienden, saldrá a la superficie en las páginas siguientes algunos puntos seleccionados como relevantes para la comprensión de que el objeto antes mencionado. Entre ellos cabe mencionar el impacto de la impunidad lo demuestran los niveles muy bajos de investigaciones abiertas (es decir, la falta de correspondencia entre el número de homicidios y el número de direcciones IP); y la demostración de que no hay investigaciones iniciadas a pesar de muy baja aún más baja son el esclarecimiento de los casos de contenidos, o la efectividad de investigación en la medida en la investigación a menudo no se puede señalar autoría indicaciones mínimas; y también vamos a sacar a la luz la cultura icónica de la violencia urbana y el miedo en la red social contemporánea; y la cuestión de las armas de fuego, la facilidad de acceso y tráfico principalmente interno de armas en el país; el tema de las bandas criminales (como género) y algunas especies como los "escuadrones de la muerte, o escuadrones de la muerte", "milicias", entre otras especies de la mafia brasileña; entre otros enfoques. Por último, siempre en busca de relación como el objeto (la tarifa muy alta de homicidios y muy bajas tasas de elucidación) se levantará, la investigación, los enfoques críticos a pesar de la política de seguridad pública actual, por ejemplo, la superposición o relevancia dada la protección de los intereses legales de propiedad en contraste a los derechos significativamente más relevantes legales como "vida humana". Y por último, se planteará la cuestión del desarrollo humano como un supuesto fundamental, quizás comenzando una supuesta política de seguridad pública eficaz, que se encuentra actualmente Presenta cuestionable en Brasil en los niveles de violencia que se presentarán en las siguientes páginas.

PALABRAS CLAVE: Asesinato; la violencia urbana; el miedo; la impunidad; la seguridad pública; armas de fuego; grupos criminales.

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

IP	Inquérito Policial
SESP	Secretaria de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
CAPE	Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico
DHPP	Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
1ªVara	Primeira Vara do Júri de Curitiba
2ª Vara	Segunda Vara do Júri de Curitiba
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ENASP	Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
CID-10	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
BO	Boletim de Ocorrência
PM	Polícia Militar
SIGMA	Sistema de Gerenciamento Militar de Armas
SINARM	Sistema Nacional de Armas
CP	Código Penal Brasileiro
ARSM	Autos de Resistência Seguido de Morte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 - A CULTURA DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE.....	18
1.1 – VIOLÊNCIA, SOCIEDADE LÍQUIDA, NATURALIZAÇÃO DA MORTE.....	20
1.2 - A VIDA HUMANA E O PATRIMÔNIO: O QUE VALE MAIS? A VIDA COMO SIMPLES BEM JURÍDICO FORMAL.....	24
1.3 – A POLÍTICA COMO PRESSUPOSTO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	26
 2 – UMA POSSÍVEL RADIOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL.....	 31
2.1 - A ENDEMIA ATRAVÉS DE DADOS EMPÍRICOS.....	31
2.2 - O HOMICÍDIO EM 4 CIDADES BRASILEIRAS, HÁ UM PADRÃO COMUM?.....	34
2.3 - OS DADOS MORTAIS EM GUARULHOS-SP, BELÉM-PA, MACEIÓ-AL, E CURITIBA-PR.....	35
2.4 - A EVIDÊNCIA DA INOPERÂNCIA ESTATAL NOS CASOS DE HOMICÍDIOS NO BRASIL.....	37
2.5 - OUTROS ASPECTOS SOBRE A RADIOGRAFIA DE ASSASSINATOS.....	40
2.6 - FOI MORTE MORRIDA OU MATADA? TANTO FAZ, O CASO PROVAVELMENTE SERÁ ARQUIVADO.....	43
 3 - A EMBLEMÁTICA QUESTÃO DAS ARMAS DE FOGO NOS INDICES MORTAIS..	 51
3.1 - FACILIDADE NO ACESSO ÀS ARMAS DE FOGO NO BRASIL.....	53
3.2 - GERENCIAMENTO DE ARMAS E PERSPECTIVAS DO ESTATUTO.....	55
3.3 - DIANTE DA INSEGURANÇA E IMPUNIDADE “ANDAR ARMADO” É MAIS SEGURO?.....	58
 4 - GRUPOS CRIMINOSOS EM SENTIDO AMPLO.....	 61
4.1 – DIREITO COMPARADO: DA LEI SECA À MÁFIA ITALIANA, REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE GRUPOS CRIMINOSOS.....	64
4.2 – DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL AOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO: MAFIAS “À BRASILEIRA”.....	68
4.3 – QUEM SÃO OS AGENTES DO HOMICÍDIO?.....	69
4.4 - DA CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA AOS ESQUADRÕES DA MORTE.....	70
 5 – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 75
 REFERÊNCIAS.....	 81
 ANEXOS.....	 89

INTRODUÇÃO

Tem sido cada vez mais comum o levantamento de questionamentos críticos sobre o sistema de segurança pública vigente no Estado brasileiro. É possível dizer que, juntamente com outros dois pilares fundamentais da política pública do país que são a saúde e a educação, são reservadas não poucas análises depreciativas aos modelos atuais adotados pela suposta ineficácia na prestação de serviços de saúde, ou da ineficiência, talvez, do modelo de educação quando pautado sob a perspectiva da formação para o mercado de trabalho apenas. À segurança pública são reservados questionamentos sobre a provável inoperância de suas instituições estatais formais estabelecidas em razão da observância empírica de altíssimos índices¹ de “*violência urbana*”, em especial no tocante aos altos índices de homicídios dolosos.

Ainda que a violência também seja uma questão de ordem social e diga respeito à sociedade como um todo no sentido de que cada pessoa possua parcela de interferência, são os agentes privados e principalmente públicos envolvidos através das instituições investigativas (polícia, por exemplo) e processuais (ministério público) que não raro são chamados a buscar meios efetivos para reverter esse suposto quadro de “endemia” de homicídios dos últimos anos. Nada obstante as altas taxas de assassinatos questiona-se também na presente pesquisa o que tem supostamente causado tão baixíssimos índices de elucidação de casos (em média, não mais que dez por cento deles), conjuntos esses que informam uma aparente sensação de impunidade.

Neste sentido, diante da dupla problemática (“muitos homicídios”, não raro cometidos à mão armada, e dos “baixos índices de elucidação de autoria destes crimes”), indagam-se vários questionamentos até mesmo sobre a vigente política de segurança pública nessa área criminal em específico. Por exemplo, se essa situação de criminalidade seria resultante da provável insuficiência de medidas mais eficazes no campo da segurança pública no campo de cunho mais preventivo. Ou seja, seriam essas altas cifras de crimes de morte resultantes de um não

¹ Segundo o Mapa da Violência, **morte matada por arma de fogo**, assim como o último relatório da anistia internacional, de 2015, intitulado *Você Matou meu filho: homicídios cometido pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*, mais de 56 mil mortes matadas registradas, foras as não subnotificadas. **Você Matou Meu Filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro**. Anistia internacional. – Rio de Janeiro: Anistia internacional, 2015.

acompanhamento social urbano mais próximo dos problemas sociais fundamentais como educação? Seriam essas cifras talvez um reflexo da falta de uma política urbana mais atenta aos desafios da segurança pública.

Indaga-se também, considerando os elevados índices de homicídios e a baixa elucidação de casos como pano de fundo, se a problemática da segurança estaria também na medida da ineficiência das instituições policiais. A investigação policial, por exemplo, em que pese ser competência da polícia judiciária, civil, em muitos casos tem início com a polícia ostensiva, militar, que não é eminentemente investigativa, mas que, como veremos nas páginas seguintes, são as que em regra primeiro chegam ao local do crime. Os dados empíricos apontam essa realidade de certa maneira. Aqui, abrem-se questionamentos procedimentais, como a não preservação do local do crime, nem do colhimento mais eficiente de elementos de prova testemunhal por exemplo, e o impacto dessa realidade investigativa na problemática da elucidação de assassinatos.

Nesse sentido, complexo, a presente pesquisa tem o fim de buscar um possível entendimento sobre a endemia das mortes e da aparente inoperância estatal na medida em que poucos casos são solucionados, talvez não mais que dez por cento dos casos, inclusive aqui na capital paranaense, fator esse que repercute reflexamente até mesmo na sensação de medo, e de impunidade presente hoje na sociedade.

Acerca do homicídio doloso² como crime objeto estudado no presente trabalho será discutido não apenas a atuação do Estado através do *ius puniendi* e a incidência de seus instrumentos legais através da demonstração da conduta humana típica, ilícita, culpável³ e punível, mas também a atuação de outro modo, da existência de agências criminosas formadas por agentes particulares e públicos por meio de grupos criminosos, em especial os de “extermínio”, e das “milícias privadas”.⁴

Para buscar entender melhor o fenômeno dos homicídios dolosos que ultrapassam a cifra de cinquenta mil mortes por ano e a questão dos baixíssimos

² BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2015.

³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A moderna teoria do fato punível**. 4º ed. rev. atual. Curitiba: IPC/Lumen Juris, 2005.

⁴ BICUDO, Hélio. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. Pontifícia comissão de justiça e paz de São Paulo. 3.ed. rev. Novembro de 1976. 279 p.

índices de elucidação de casos, a pesquisa, inevitavelmente, abordará a suposta facilidade de acesso às armas de fogo⁵ no país. A importância deste ponto, aqui, reside no empírico e elevado índice de homicídios cometidos à “mão armada”. A título ilustrativo, segundo dados do mapa da violência “*Mortes matada por armas de fogo*”⁶, em 2010, aventou-se que em mais de 90% dos casos de assassinatos país a foram cometidos à mão armada.

Assim, abordando esses pontos considerados relevantes à questão da criminalidade das “mortes matadas” a pesquisa acredita na perspectiva não apenas dogmática penal ou de política criminal, mas também da criminologia. Nessa tríade, incluindo o fomento nos estudos de indicativos estatísticos sobre o delito talvez seja possível melhores estratégias políticas no campo da efetivação da segurança pública. Acredita-se assim, nesse fomento de dados como de suma importância na majoração das possibilidades mais efetivas de combate a endemia de assassinatos e a sensação de impunidade causada pela baixa elucidação e investigação dos casos.

Ao lermos, a título ilustrativo, o dado empírico que a maioria dos óbitos envolvem, em regra, uma parcela específica da população, jovens até 26 anos, negros e de baixa escolaridade, é possível inferir, por exemplo, a hipótese de que a questão dos homicídios também se liga a questão também de desenvolvimento humano, entre outros fatores. Aqui, na perspectiva do direito comparado, talvez seja elucidativo os dados de países⁷ com elevados índices de IDH na medida em que, em sua grande maioria, possuem não apenas baixos índices de homicídios, mas elevadíssimos índices de elucidação de casos.

A pesquisa assim busca listar causas prováveis que têm levado um número significativo de pessoas ao cometimento de assassinatos, para além da perspectiva da consciência e vontade em realizar o tipo penal⁸, de modo que serão apreciados

⁵ “Basicamente é uma máquina térmica que utiliza a força explosiva de uma mistura ou composto químico transferindo-a ou dirigindo-a para um corpo sólido e móvel (projétil)”. MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. **Coleção armamento: armas, munições e equipamentos policiais**. Cascavél-PR. Gráfica Tuicial, 2010. p. 14.

⁶ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo**. CEBELA. p. 15.

⁷ “Suécia fecha quatro prisões porque população carcerária despenca”. Veja relações IDH e criminalidade. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/suecia-e-holanda-fecham-prisoas-brasil-fecha-escolas-e-abre-presidios/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

⁸ Tendo por base a doutrina finalista de Hans Welzel no que diz respeito à consciência e vontade traduzida pela dupla escolha interna (proposição de um fim, e escolha dos meios para alcançá-lo) e pela parte externa (execução do plano exteriorizada pela conduta humana).

assim fatores externos ao agente tais como o grau de envolvimento social entre autor e vítima e o que isso pode indicar.

Seguindo os rastros desse fenômeno da criminalidade “morte matada” a pesquisa explorará a própria sensação de banalização do tipo penal descrito no artigo 121 do Código Penal, na medida em que entre a vida humana e o patrimônio, nem sempre aquela tem prevalecido com maior valoração ou consideração. Nesse sentido, a pesquisa levará em conta os tempos de modernidade líquida muito bem trazidas na leitura de Zygmunt Bauman⁹ sobre a pós-modernidade, ou modernidade líquida marcada também pelo próprio desvalor do bem jurídico “vida humana”.

Nessa leitura em específico, uma crítica à fluidez da contemporaneidade. É possível dizer que junto da modernidade e de todos os avanços científicos, tecnológicos e medicinais, veio também à tona uma das facetas do modo capital¹⁰ e da nova ordem econômica, e consequentemente interesse e apego aos bens patrimoniais que em alguns casos mistificam valores até mesmo maiores que os da própria vida humana. Essa percepção talvez se torne possível quando da leitura das tipificações dos preceitos secundários não raro maiores nos crimes contra o patrimônio do que aqueles listados nos crimes contra a vida¹¹.

Buscando entender o fenômeno do homicídio e a sensação de impunidade, a pesquisa trabalhará com alguns dados empíricos e do que deles pode-se inferir quando cruzados com outros dados. Isso, a partir de comparações, por exemplo, com os dados de outras cidades brasileiras com os dados criminológicos daqui da Capital¹² paranaense.

Deste modo, como pano de fundo discute-se não apenas a abordagem crítica literal dogmática a despeito dos altos índices de homicídios e dos baixos índices de

⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 253.

¹⁰ GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 240.

¹¹ Basta compararmos a atenção dada aos crimes contra a vida, homicídio doloso, por exemplo (art. 121, caput, CP) comina uma pena de reclusão de 6 (seis) a 20 (vinte) anos para quem matar alguém, ao passo que, nos crimes contra o patrimônio, temos a extorsão mediante sequestro (art. 159, §3º, CP) cominando uma pena de reclusão de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2015.

¹² No Paraná, no último ano, em 2014, tivemos um total de 2.515 vítimas de homicídio doloso. Só em Curitiba um total de 569 assassinatos registrados pela Secretaria de Segurança Pública. A questão será aprofundada na pesquisa. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

elucidação de casos¹³, mas também uma busca pela argumentação um pouco mais objetiva sobre a aparente crise da segurança pública a despeito dos assassinatos no país.

Abrindo um parêntese, a título de melhor esclarecer o leitor sobre a eventual crise da práxis investigativa em nosso país, em dezembro de 2007 o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça criaram grupos-tarefas em cada uma das 27 unidades da federação. Esses grupos foram integrados por representantes do Ministério Público, Polícia Civil e Poder Judiciário possibilitando identificar um total de 134.944 inquéritos por homicídios até a data de 31 de dezembro de 2007, ainda não finalizados. Deste considerável esforço, após cerca de um ano de trabalho, resultou o oferecimento de denúncia à justiça de apenas 8.287 inquéritos, ou seja, o que representa apenas 6,1% daquele número.¹⁴

Consignar-se-á, assim, com base nesse arcabouço de dados e tantas outras leituras pertinentes ao tema, uma análise crítica da segurança pública brasileira, em especial as instâncias e órgãos envolvidos na investigação dos casos. O resultado dessa complexa leitura, vale dizer, será no sentido de entender esse tipo de criminalidade (homicídios) e apontar possibilidades mais efetivas para reverter tais números percentuais (impunidade).

Nesse sentido serão apreciadas análises e leituras possíveis sobre o conteúdo colhido em campo na Delegacia de Homicídios resultantes de diálogos informais feitos com delegados da recente divisão de homicídios e proteção à pessoa desta capital¹⁵, bem como oficiais da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico.

Diante de todo esse contexto, também será discutida na pesquisa a sensação

¹³ Segundo dados coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça, divulgados pelo **relatório nacional da Execução da Meta 2** (intitulado como “*A impunidade como alvo*” e a *diagnose da investigação de homicídios em nosso país*) da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), “*o índice de elucidação dos crimes de homicídio é baixíssimo no Brasil. Estima-se, em pesquisas realizadas, inclusive a realizada pela Associação Brasileira de Criminalística, 2011, que varie entre 5% e 8%. Este percentual é de 65% nos Estados Unidos, no Reino Unido é de 90% e na França é de 80%*”. p, 22. Disponível em: <http://www.cnpm.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf>. Acesso em: 17 abril de 2015.

¹⁴ WASELISZ, Julio Jacobo. Op. cit, p. 54.

¹⁵ Criada em 07/05/2014, a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da capital compõe-se de 4 unidades distribuídas na capital e região metropolitana, podendo, em casos especiais, fazer investigações em outros municípios do Estado. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=7237&tit=Parana-da-inicio-aos-trabalhos-da-Divisao-de-Homicidios-e-Protecao-a-Pessoa>>. Acesso em: 23 de março 2015.

de impunidade e o fator da violência talvez como um possível reflexo da endemia das mortes sem elucidação, sem resposta por parte do Estado, o que pode representar a própria crise do panóptico “*vigiar e punir Estatal*”¹⁶ em tempos modernos.

A cultura da violência e do medo não poderia deixar de ser aventado na presente pesquisa. Como trabalhar a questão do real sentimento de insegurança e medo hoje em parte da sociedade? Como trabalhar essa questão que em alguns casos tem sido utilizada como terreno fértil pelos agentes principalmente políticos na medida em que as agendas pela busca por votos, não raro, tem resultado uma crescente beligerância legislativa criminal em nome da falsa sensação de combate à criminalidade, ou uma falsa solução penal. Como bem destaca Maria Lúcia Karam, seria:

o próprio Estado, portanto, que, com a falsa solução penal, cria esta modalidade de criminalidade, dela valendo-se para, através do medo e da insegurança provocados por suas ações reais ou imaginárias, provocar o apelo à autoridade e a ordem e, assim ampliar o poder de punir e intensificar o controle sobre a generalidade dos indivíduos. [...] em nome do combate à criminalidade, vem-se assistindo, nestes anos 90, a uma escalada, repressora na produção e aplicação de leis, que, à semelhança das legislações excepcionais criadas para a repressão política das ditaduras, constituem verdadeiras normas de exceção, caracterizadas pela violação de princípios de um direito penal minimamente garantidor.¹⁷

Aqui talvez valha a reflexão no sentido de inversão da lógica de tratamento e enfrentamento do crime e violência por parte de quem tem o legítimo uso da força, do soberano. Vale dizer, ao invés de o Estado questionar as causas que mais tem contribuído para o deslinde de mortes matadas se observa o contrário, uma pauta política sob o crivo de sua soberania através do viés repressor e estigmatizador. Ou seja, finalmente buscando aclarar essa leitura, por que ao invés de se questionar a plausível hipótese “onde estão os erros que mais tem contribuído para elevação dos índices de criminalidade” e “o que (Estado) posso fazer para que isso não mais aconteça?”, temos o questionamento na racionalidade diversa do tipo, “lhe proporcionamos tudo que foi possível, e você falhou, agora nos resta punir como exemplo”.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁷ KARAM, Maria Lúcia. Segurança pública e processo de democratização. In. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade, ano 3, n. 5/6, Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1º e 2º semestres de 1998, p. 173.

Assim serão expostas as possíveis variáveis que influenciam a complexidade dos homicídios especialmente aqueles cometidos à mão armada. A justificativa do tema pauta-se pela evidente relevância e necessidade desse debate sobre a morte matada, que também traz outros tantos emblemas como a onipresente sensação de impunidade talvez resultante dos números irrisórios de elucidação de casos. Nesse contexto esta monografia buscará ao menos apontamentos e leituras possíveis sobre esse panorama.

Trata-se também de uma tentativa de expor uma leitura crítica sobre a vigente política pública de segurança numa abordagem que levará em consideração às questões do subdesenvolvimento como hipótese de aumento nas taxas desse tipo de crime doloso. Uma leitura atenta aos equívocos políticos criminais de que o melhor remédio ainda é o enrijecimento da norma penal, do simples apelo à perspectiva da prevenção geral psicológica. Uma leitura que não partilha do pressuposto político criminal em “dar um tratamento diferenciado ao autor do delito considerando-o como um não cidadão”¹⁸. Uma leitura que não partilha da perspectiva da prevenção geral coativa da “pena de morte” como possibilidade de contenção da criminalidade, já que no plano real as penas de morte já existem por meio executores extrajudiciais sumários¹⁹ pelas atuações de grupos de extermínio, esquadrões da morte, e demais máfias à brasileira.

É possível dizer, finalmente, que todo esse conteúdo listado integra uma espécie de “tempero”, complexo e delicado, que não raro envolve instâncias políticas, econômicas, os quais “misturados” tem contribuído de alguma forma no resultante cenário mortal de mais de 56.000 homicídios por ano, de mais de 1 milhão 421 mil mortes se contabilizarmos o período de 1980 a presente data acessada²⁰. E é esse o panorama a partir do qual pretende-se construir o presente trabalho.

¹⁸ JAKOBS, Günther, MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo, Noções e Críticas**. Ed. Livraria do Advogado, 2005.

¹⁹ Aqui, aliás, o país é rico em exemplos, temos desde esquadrões da morte a grupos paramilitares, de grupos de extermínio a milícias privadas. Anistia Internacional. **Você matou meu filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro**. Anistia internacional/Rio de Janeiro, 2015.

²⁰ Segundo o delitômetro do Instituto Avante Brasil. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

1. A CULTURA DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE

De início, para aproximar o leitor do que se pretende expor neste capítulo, vale trazer a leitura musical da sobre a violência na sociedade, por Herbert Vianna, dos Paralamas do sucesso:

[...] eu vivo sem saber até quando ainda estou vivo..
sem saber o calibre do perigo,
eu não sei d'onde vem o tiro [...]
há quanto tempo você sente medo?
quantos amigos você já perdeu?
entrincheirado vivendo em segredo
e ainda diz que não é problema seu [...].²¹

Para não poucos, principalmente pertencentes à periferia urbana, é possível dizer que paira no ar essa sensação de violência, insegurança, medo em graduações diferentes, talvez maior principalmente para quem já passou por situações de violência urbana.

De qualquer forma, se não bastassem os desafios do desenvolvimento humano como um dos pressupostos necessários para efetivar uma política de segurança, também é um desafio e tanto, em tempos atuais, entender a sociedade líquida na perspectiva da modernidade líquida trazida por Zygmunt Bauman. Qual a leitura dos atos violentos atuais? Como enfrentar, por exemplo, a nova onda de crimes de roubo mediante esfaqueamento na orla das praias na Cidade do Rio de Janeiro?²².

Inegavelmente a modernidade trouxe avanços tecnológicos, científicos, medicinais, entre outros infinitos campos da inteligência humana, mas trouxe também, junto consigo a fluidez social, que representa também infinitude de comportamentos antes inimagináveis, a abstração e até mesmo a aflição de uma vida líquida marcada de ansiedade e angústia como condição sociocultural, ou,

²¹ O CALIBRE. Álbum: **Longo Caminho**. EMI. 2002. Autoria de Herbert Vianna. Os Paralamas do Sucesso.(3min 24).

²² “Morre ciclista esfaqueado na Lagoa, na zona sul do Rio [...] Homem não teria reagido a assalto, mas, mesmo assim, foi atacado [...] segundo testemunhas, dois adolescentes golpearam o médico” Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/morre-ciclista-esfaqueado-na-lagoa-na-zona-sul-do-rio.html>>. Acesso em: 26 de setembro de 2015.

ainda, marcada por infinitas possibilidades de escolhas e pela falta de solidez e durabilidade²³.

O que falar da banalização da morte na contemporaneidade? Para Bauman, a morte tornou-se tão habitual, tão comum, talvez hoje seu valor tenha se perdido no tempo:

A morte próxima de casa é dissimulada, enquanto a morte como um transe humano universal, a morte dos anônimos e “generalizados” outros, é exibida espalhafatosamente, convertida num espetáculo de rua nunca findo que, não mais evento sagrado ou de carnaval, é apenas um dentre muitos acessórios da vida diária. Assim banalizada, a morte torna-se demasiado habitual para ser notada e excessivamente habitual para despertar emoções intensas.²⁴

Contam-se corpos aos milhares, a coisa tornou-se comum, investigar tudo com eficiência é quase impossível, talvez a estratégia para alcançar eficiência no campo da segurança seja antes, o que fazer para diminuir a mortalidade. Quem sabe nem mesmo a melhor polícia investigativa do mundo consiga ser eficiente num campo de mais de 50 mil mortes por ano.

Os tempos são de banalização da morte, ou ainda à época onde ela não causa mais tanta estranheza, irresignação. As pessoas estão cada vez mais ausentes de tempo, não raro consumidas pelo modo laboral massificante da modernidade líquida. Talvez os laços de cidadania, do coleguismo, do amor ao próximo ainda que este tenha cometido um erro letal também esteja em crise na contemporaneidade. São leituras possíveis.

A morte até dinheiro dá, movimenta o ramo das funerárias, e como já dizia a sinhá comadre do sertão nordestino, quando indagada pelo compadre Severino:

-Trabalho aqui nunca falta a quem sabe trabalhar; [...]
-Agora se me permite (diz o compadre), minha vez de perguntar:
Como a senhora, comadre, pode manter seu lar?
-Vou explicar rapidamente, logo compreenderá:
Como a morte aqui é tanta, vivo de a morte ajudar [...]²⁵

Diante dessa perspectiva indaga-se “será mesmo que vivemos numa sociedade pacífica?”

²³ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 266, p.

²⁴ BAUMAN, Zygmunt. **O Mal Estar da Pós-Modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Matinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998, p. 199.

²⁵ MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 (Poesia brasileira), p. 39.

A depender de sua condição social, ou de sorte por ainda não ter se deparado com a direta e pessoal, ou de algum familiar vitimado por crime de morte, ela até poderia ser negativa. Aqui, aquele sentido talvez parcial sobre os problemas da contemporaneidade como a violência. Aqui quem sabe aquela visão de se viver no país do futebol, do carnaval, de um povo de fato solidário e amigável na sua totalidade.

Será mesmo? Não há apenas essa leitura da sociedade, talvez ela não seja tão pacífica? Nesse sentido os índices de criminalidade se apresentam, “aqui morre mais pessoas do que muitas guerras do ocidente. Basta ligar a “tv”, observar os noticiários, e não raro visualizar manchetes sobre mais um jovem morto de “bala perdida”; mais uma vítima morta por engano pela polícia. O que dizer da leitura dos dados do Mapa da Violência?

Seriam esses dados também reflexos do certo atraso na questão do desenvolvimento social humano, e da falta de políticas de gestão de tempo das crianças e jovens da periferia, muitas vezes marcados pela falta de possibilidades, do lazer, desporto, tudo no sentido de não apenas melhor formar pessoas, mas também diminuir possibilidades de desvios do fato social da criminalidade.

Seriam esses índices também consequências da arraigada cultura do malandro “herói”²⁶, oportunista, do “safo”, preguiçoso, do jeitinho mais fácil que não raro se adota para lidar com problemas sociais que necessitam de medidas de reforma mais duradouras, a longo prazo como a questão da educação, do combate às desigualdades, do fomento ao desenvolvimento. Enfim, são essas observações e possibilidades sociais do dilema brasileiro que de alguma forma interferem também na provável ineficiência da segurança pública.

1.1 – VIOLÊNCIA, SOCIEDADE LÍQUIDA, NATURALIZAÇÃO DA MORTE²⁷

A liquidez ou fluidez de uma sociedade moderna marcada por sinais de

²⁶ DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

²⁷ Aqui a própria perspectiva da modernidade, da problemática da atuação de grupos criminais e da própria naturalização da morte como um fato demasiadamente natural e excessivamente habitual. SÁ, Priscilla Placha. **Milícias, grupos paramilitares e grupos de extermínio**; in: reflexões acerca da causa especial de aumento do §6º do art. 121, Código Penal. In: BUSATO, P. C.; FARIAS, A. R. de; HALVASS, L. C.. (Org.). **Questões Atuais do Sistema Penal: livro homenagem ao Professor Roncaglio**. 1.ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2013, v. 1, p. 216-217.

subdesenvolvimento como a desigualdade e a pobreza, típica de alguns países latinos, como é o nosso caso, ensejam hoje o necessário enfrentamento de infinitos desafios no combate à violência, a questão da endemia de mortes.

Vale citar alguns desses desafios, como a questão da corrupção enquanto obstáculo ao desenvolvimento²⁸; ou da desigualdade social como realidade nacional que tem dificultado a equalização da distribuição de renda; ou ainda dos desafios de se trabalhar com a arraigada questão cultural do abuso de poder²⁹—dever e não dever-poder que não raro tem se apresentado nas condutas de agentes públicos nas corriqueiras diligências policiais.

Também é um desafio, vale dizer, trabalhar com os institutos da própria formação equivocada do saber socialmente reproduzidas pelos operadores da moral. Aqui é um pouco mais perceptível o quão está presente no meio social a violência como show, como coisa comum. O que dizer das figuras dos empresários morais, ou seja, daquelas pessoas que têm um status social, sobretudo de celebridade, para tratar de tudo. Como bem indica Nilo Batista, Eugênio Raúl Zaffaroni³⁰ e Howard Becker, na clássica figura dos “empreendedores morais” ou “reformadores cruzados” temos aqueles emblemáticos sujeitos que tratam de astrologia, da astronomia, da medicina, da ecologia e, inclusive, do crime, tudo com a mesma propriedade³¹.

No plano ficcional esse campo moral se reproduz em várias passagens, algumas até denominadas datenizantes. Nesse sentido vale trazer aqui aquela figura representada pelo apresentador Fortunato no filme “Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro”, naquele contexto após a entrada do Bope em Bangu 1, quando em rede nacional diz:

Governador... deste Estado maravilhoso que é o Rio de Janeiro, atenção... a nossa cidade está caminhando a passos largos... passos largos para a barbárie!!! Governador... não exonere o Coronel Nascimento pois se você fizer isso a coisa vai feder... com todos os “erres”.... por que o senhor vai estar dando carta branca para que

²⁸ “A corrupção penetra insidiosamente as frestas da sociedade, minando relações profissionais, abalando valores morais, solapando alicerces democráticos.” PILAGALLO, Oscar. **Corrupção: entrave ao desenvolvimento do Brasil**. 1.ed. Editora Elsevier. 2013. p, 133.

²⁹ “Você sabe com quem está falando”. DAMATTA, Roberto. op. cit., p. 350.

³⁰ Esse discurso já conheceu inúmeras versões em prol de uma pretensa defesa social, de segurança nacional, ou ainda de segurança cidadã. Trata-se de uma ideologia de guerra permanente que a tudo justifica. ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p, 58-59.

³¹ BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

*eles, bandidos, voltem as ruas, rondem os barzinhos, as praças, as escolas, oferecendo as drogas para os nossos filhos... Governador, você vai transformar a nossa cidade numa enorme poça de sangue! É isso que o senhor quer Governador? Transformar nossa cidade em uma linda poça de sangue? Não!!! Tome imediatamente uma providência! ...faca na caveira! ...porrada na vagabundagem!larga o aço! ...Senta o dedo! ...combata o tráfico imediatamente!*³²

Aqui, são possíveis as leituras que vão desde a midiática reprodução da violência até a própria influência desta na formação do saber, de subjetividades em massa. Trata-se de mais um dos desafios que a insegurança pública, marcada pelos altos índices de assassinatos e baixos índices de elucidação de casos deve trabalhar hoje. Trata-se dos desafios dos institutos influenciadores na formação do saber, da influência dos operadores da moral e das consequências desse entendimento nem sempre pautados na razão, mas na emoção, indignação, não raro na “lei de talião”.

Vale trazer a perspectiva de Foucault acerca dessas práticas que também são sociais. Para ele o judiciário, por exemplo, estão entre as práticas sociais mais importantes e eficazes para a construção e a regulação de tipos de subjetividade:

As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento.³³

Assim, se apresenta como mais um desafio o trabalho da questão dos operadores da moral na reprodução das subjetividades na influencia da massa³⁴ no campo da “insegurança pública”. Como trabalhar esse “fator social” tão influente

³² **Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro**. Direção José Padilha. Produção Marcos Prado e José Padilha. Coprodução Wagner Moura e Bráulio Mantovani. Brasil. 2010. Ação. Blu-ray Disc (115 min). Colorido.

³³ FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Mello Machado e Eduardo Jardim Morais. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p, 8.

³⁴ “A televisão segue como meio de comunicação predominante, que o brasileiro já gasta cinco horas do seu dia conectado à internet (...) 4 h 31 min por dia expostos ao televisor, de 2ª a 6ª-feira, e 4h14 nos finais de semana.” De acordo com a pesquisa Encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) em conjunto com o IBOPE, para compreender como o brasileiro se informa, 95% dos entrevistados (de um total de 18 mil entrevistas), afirmaram ver TV, sendo que 73% têm o hábito de assistir diariamente. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014. p, 7.

diante de um público com não tão elevado índice de desenvolvimento³⁵, em especial no que se refere ao indicativo educacional?

É trágico também o reflexo dessa subjetividade na própria perspectiva seletiva policizante de etiquetamento³⁶ nos agentes civis e públicos, especialmente aos policiais que estão diretamente envolvidos, na medida em que são pessoas comuns do povo e inevitavelmente arraigadas de todos os vícios de subjetividade na forma acima passada.

Nada obstante, há todo um impacto dessa perspectiva de saber social na aplicação em campo, ou seja, na prática rotineira das diligências, rondas e abordagens. O resultado é evidente, o direito penal do autor que não foi adotado pelo sistema constitucional nacional, assim inconstitucional, torna-se muitas vezes a regra, e o direito do fato a exceção.

Isso tudo, possivelmente forma um círculo vicioso, que na sistemática militarizada da polícia ostensiva é traduzido no próprio deslocamento do inimigo externo (evidente na perspectiva do ministério da defesa, das forças armadas) para a formação do inimigo interno, aqui, injustificável por questões óbvias de ser o próprio cidadão nacional, o próprio brasileiro e não um inimigo.

Nesse sentido temos o drama da violência urbana na sociedade da pós-modernidade marcada por descobertas e avanços no campo da tecnologia, ciência, medicina, e tantos outros. Talvez o mesmo não se possa dizer a despeito do campo social, no campo humano em si. Muitas normas programáticas continuam não efetivas como a que trata da distribuição de renda como fundamento da república³⁷. Em alguma medida a pós-modernidade aqui é muito mais formal do que materialmente atendida, sendo até possível dizer que o homem ainda não avançou muita coisa nesse campo da ciência político-criminal.

³⁵ Suécia fecha quatro prisões porque população carcerária despenca. Veja relações IDH e criminalidade. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/suecia-e-holanda-fecham-prisoas-brasil-fecha-escolas-e-abre-presidios/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

³⁶ “Aqui temos um dos conteúdos que a nova criminologia (ou a criminologia da reação social) vai trabalhar, o *labeling approach* ou etiquetamento, de que determinadas pessoas (por exemplo, negros, jovens, analfabetos, etc) cometem crimes. Aqui também temos uma forte seleção policizante do sistema, o que vai desembocar na maioria dos casos que irão chegar em juízo, principalmente estadual”. **Aulas de criminologia ministradas pela Professora Priscilla Placha Sá, 5º ano, noturno, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, 2015.**

³⁷ “Procuramos um motivo vivo, mas ninguém sabe dizer... milhões de pessoas boas morrem de fome... e o culpado, condenado disto é o próprio homem... o domínio está em mão de poderosos, mentirosos... que não querem saber. (...) pessoas trabalham o mês inteiro... se cansam, se esgotam, por pouco dinheiro.” TEMPOS DIFÍCEIS. Álbum: **Holocausto Urbano**. Gravadora Zimbabwe 1990. Produção Alexandre e Marcelo. Racionais MC's (3min 52s).

1.2 – A VIDA HUMANA E O PATRIMÔNIO: O QUE VALE MAIS? A VIDA COMO SIMPLES BEM JURÍDICO FORMAL

No plano normativo constitucional, tanto no que se refere às regras quanto aos princípios, é possível dizer que a Constituição Federal de 1988 trouxe valoração e proteção, direitos e deveres tanto ao bem jurídico vida quanto ao bem patrimônio, cabendo a legislação infraconstitucional as minúcias de equalização das penas sobre esses bens juridicamente relevantes também ao campo penal.

Bem assim a carta constitucional institui o Estado Democrático de Direito brasileiro, o qual tem como fundamentos a vida, na perspectiva da dignidade da pessoa humana, bem assim também o patrimônio, na perspectiva da proteção a propriedade, todos como a garantia fundamental:

Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...] III - a dignidade da pessoa humana.[...]

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].³⁸

Seria cognoscível, ainda que não haja hierarquia entre as normas constitucionais, o entendimento de que o fundamento da vida humana, independente de estar tanto nos fundamentos como nos direitos e garantias individuais, maior importância e proteção que o patrimônio como bem jurídico, sem deixar de também salvaguardar esse último. Para além da simplista discussão sobre a graduação deste ou daquele bem jurídico, o entendimento constitucional humanitário e cidadão da constituição indica por razões que dispensam interpretação a prevalência da vida humana como bem jurídico por excelência, incomparável a outros bens ainda que importantíssimos tal como o próprio patrimônio.

Todavia, em que pese à percepção constitucional humanitária, no plano infraconstitucional do Código Penal é possível observar, pela leitura dos preceitos secundários das penas, interpretação diversa na medida em que delitos contra vida nem sempre recebem maior severidade jurídica de pena quando comparados a

³⁸ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

alguns delitos patrimoniais.

A título de exemplo, o Código Penal impõe maior severidade do preceito secundário (pena) aos crimes de latrocínio e extorsão mediante sequestro, ambos crimes contra o patrimônio, quando comparado ao crime de homicídio. Nesse sentido temos, nos termos do artigo 157, § 3º: “[...] *Se da violência resulta [...] morte, a reclusão é de vinte (20) a trinta (30) anos [...]*”; ou ainda na leitura do artigo 159, no seu também §3º, temos: “[...] § 3º - *Se resulta a morte: pena - reclusão, de vinte e quatro (24) a trinta (30) anos.*”, ao passo que no crime de homicídio doloso, temos apenas: “Art. 121, caput, [...] *pena: seis (6) a vinte (20) anos, [...]*.”³⁹

Seria essa valoração patrimonial, antes de tudo, um dos reflexos da atual ordem econômica, e o impacto dessa agenda na questão política e econômica assim influenciada na escolha e pormenorização mais severa de bens jurídicos patrimoniais?

A questão econômica de fato é onipresente no atual modo de produção capitalista, que diga-se de passagem também foi democrática e constitucionalmente adotado na carta de 1988. A questão econômica, do impacto da relevância e apego aos bens patrimoniais em dada medida tem influenciado o campo legislativo e consequentemente a própria seara da segurança não apenas privada, mas pública, penitenciária. Influência inclusive na perspectiva de implementação de políticas públicas.

Para o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Grau, a ordem econômica antes de tudo também afeta o direito e a política, passando a funcionar como instrumento de implementação de políticas públicas:

A ordem econômica, ainda que como tal não formalmente referido, é expressiva de marcante transformação que afeta o direito, operada no momento em deixa de meramente prestar-se à harmonização de conflitos e à legitimação do poder, passando a funcionar como instrumento de implementação de políticas públicas (...).⁴⁰

Nesse sentido temos os desafios políticos criminais a despeito da busca pela maior salvaguarda da vida como bem jurídico principal no ordenamento jurídico

³⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2015.

⁴⁰ GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição** de 1988. 9.ed. São Paulo: Malheiros. 2004. p. 15.

penal, tarefa difícil, mas necessária. Ainda que cinte das limitações e influências da perspectiva econômica nas escolhas políticas criminais é preciso um mínimo de equilíbrio protetivos desses bens, listando primariamente e como maior atenção a proteção da vida, depois o patrimônio. Buscar esse sentido de mudança talvez seja uma das maneiras de buscar a própria valoração da vida humana tão banalizada em tempos atuais. Buscar isso é reverter a própria *“produção social da invisibilidade moral”*⁴¹, um mal estar da modernidade líquida.

1.3 – A POLÍTICA COMO PRESSUPOSTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O medo da onda de violência é uma sensação cada vez mais presente na pós-modernidade, e assim pensa grande parte da população brasileira cujas pesquisas apontam ser esse fator também um dos reflexos do descrédito às instituições formalizadas⁴², da polícia, e até mesmo da justiça.

Deste modo a questão do medo, da sensação de desamparo e impunidade em alguma medida tem atuado como obstáculo a própria função de prevenção geral, por mais questionável que seja essa função de coibir psicologicamente condutas criminais. Essa sensação, nada obstante a outros fatores já aventados como suposta ineficiência estatal investigativa a respeito dos homicídios (haja vista os índices de elucidação de casos, não maiores que 10% dos casos) tem causado também a própria sensação de insegurança pública.

Nesse escopo, várias leituras sobre a endemia de homicídios podem ser feitas, sendo uma delas a própria atuação estatal, por meio de seus agentes públicos, como meros contabilistas de mortos e corpos de uma guerra onde não há vencedores. Seria isso, em alguma medida o próprio mal-estar da civilização na medida em que temos a atuação de agentes públicos policiais como meros

⁴¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 43.

⁴² Segundo estudos do IPEA, realizada em 3.775 domicílios, num total de 212 municípios, abrangendo as 27 unidades da federação, quase a totalidade dos entrevistados responderam que a crescente onda de violência deve-se, dentre outros fatores (como o próprio subdesenvolvimento e falta de políticas básicas), as falhas das instituições envolvidas diretamente na segurança pública (a polícia, e a própria justiça). Estas são algumas das grandes preocupações de grande parte da população brasileira. Veja Sistemas de Indicadores de Percepção Social (SIPS 2ª edição 2011/2012). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 02 de agosto de 2015.

arquivistas de casos, de pessoas⁴³, na medida em que as investigações e elucidações de casos de homicídios se apresentam em tão baixos índices.

A propósito do aparente descaso, hoje mais se prende por tráfico e roubo, drogas e bens patrimoniais valem mais, e são cada vez mais fortes as agendas políticas na área de segurança pública quando for economicamente viável. Mais parece que interessam questões de ordem econômica, penitenciária e política. Como já dizia o Coronel Nascimento, numa de suas passagens memoráveis, no Brasil, eleição é, antes de tudo, *“negócio, e logicamente seu sucesso depende de voto, e o voto vale dinheiro”*⁴⁴.

Na onda de violência urbana surgem apelos ao reforçamento da segurança pública, de mais atuação policial, de atuação Estatal como resposta que em parte reflete na própria minoração da tolerância ou majoração da guerra ao inimigo interno. No legislativo, mais leis são promulgadas e outras tantas já se anunciam como o próprio debate hoje sobre a redução da menoridade penal⁴⁵, da normatização do terrorismo, entre outros temas. Parcela da sociedade se encontra quase que acuada, como medo, e não conseguindo enxergar as possíveis razões da criminalidade em sua origem na perspectiva do desenvolvimento, desigualdade, desemprego, segue o apelo simplista de enrijecimento das leis, como se isso fosse o suficiente para resolver o problema.

O medo, assim, também atua como fator prejudicial de escolhas políticas na área da segurança pública na medida em que é preferível, diante da sensação de urgência provocada pelos índices de violência e criminalidade, legislar mais normas penais e menos implementos em projetos sociais de desenvolvimento humano em localidades mais carentes.

O fator medo também é, por vezes, um indicador que afeta a própria condição da saúde democrática da sociedade bem como da própria qualidade de vida da

⁴³ SÁ, PRISCILLA PLACHA. **Mal-Estar de Arquivo: as polícias como arquivistas do soberano**. p. 364. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p, 79-84.

⁴⁴ Numa das passagens do filme, **Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro**. Direção José Padilha. Produção Marcos Prado e José Padilha. Coprodução Wagner Moura e Bráulio Mantovani. Brasil. 2010. Ação. Blu-ray Disc (115 min). Colorido.

⁴⁵ Uma delas é a própria perspectiva da redução da maioridade penal que está latente hoje no país, como se a simples perspectiva de prevenção geral fosse resolver a criminalidade. Segundo pesquisas do “Data Folha”, cerca de 87% da população brasileira são a favor da redução da menoridade penal. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/87-dos-brasileiros-sao-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.html>>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

população em geral quando está se vê obrigada, diante do descrédito das instituições formalizadas policiais e judiciais, a construir próprios aparatos de segurança, equivocadamente pensando estarem mais seguros.

Dentre eles os ofendículos, aparatos facilmente perceptíveis destinados à defesa da propriedade e de qualquer outro bem jurídico. Exemplo: cacos de vidro ou pontas de lança em muros e portões, telas elétricas, cães bravios. Como trata-se de dispositivos que podem ser visualizados sem dificuldade, passam a constituir exercício regular do direito de defesa da propriedade (CC, § 1º do art. 1.210). Há quem os classifique como legítima defesa preordenada, uma vez que, embora preparados com antecedência, só atuam no momento da agressão⁴⁶.

Muros que pelos tamanhos e formas mais se assemelham a verdadeiras fortalezas. Assim também temos exemplos de grades, cercas elétricas, alarmes e segurança privada paga pela própria comunidade local, formando a própria instituição local de segurança ou seria de prisão na medida em que se restringe com isso a própria liberdade?

*A minha alma está armada e apontada para a cara do sossego. Pois paz sem voz, paz sem voz, não é paz é medo. As grades do condomínio são para trazer proteção, mas também trazem a dúvida se não é você que está nessa prisão, me abraça e me dê um beijo faça um filho comigo, mas não me deixe sentar na poltrona no dia de domingo, domingo, procurando novas drogas de aluguel nesse vídeo coagido, é pela paz que eu não quero seguir admitindo.*⁴⁷

A cultura do medo tem se apresentado nas sociedades da pós-modernidade⁴⁸, com graduações e distinções sendo mais evidente onde principalmente há desigualdade e a falta de políticas fundamentais capacitadoras do ser no cada vez mais competitivo mercado de trabalho.

Os índices de criminalidade também tem se apresentado de forma mais acentuada em regiões formadas por aglomerados urbanos mais carentes, nos guetos, nas favelas, e demais comunidades marcadas também pela ausência de estado positivo. As resultantes desse descompasso são os índices de mortes mais elevados nos subúrbios ou adjacências das capitais brasileiras, conforme demonstra

⁴⁶ DAMÁSIO, E. de Jesus. **Manual de Direito Penal**, 23.ed. São Paulo: Saraiva, Vol. 1. 1999. p, 395.

⁴⁷ YUKA, Marcelo. O Rappa. Lado A Lado B. **Minha Alma (a paz que eu não quero)**. Warner Bros, 1999. CD, faixa 6, (5 min 02 seg).

⁴⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p, 84.

em parte a pesquisa empírica mais afrente.

Igualmente, a sensação de medo e de insegurança também tende a caminhar lado a lado com a causa de aumento do descrédito das instituições formais preestabelecidas, denotando um parecer no mínimo preocupante de impunidade em nosso país. Os números de homicídios e elucidação de casos, objeto da pesquisa, permitem apontar isso, bem como os dados do IPEA⁴⁹, referente a uma pesquisa acerca do tema segurança pública cujo enfoque dedicou-se às percepções da população brasileira em relação a eventos criminosos tais como o assalto à mão armada e assassinato.

Nesse sentido, mais de 85% da população nacional se diz amedrontada com a possibilidade de assassinato. E, nas perspectivas regionais mais carentes marcadas pela deficiência institucional, os números são ainda mais elevados, sendo maior a sensação de insegurança e medo conforme indica a pesquisa. Assim temos uma pequena diferenciação à percepção de medo nas regiões nordeste e sul do país. Segundo o instituto de pesquisas, na região nordeste (em tese com mais elevados índices de assassinatos se comparados com outras regiões do país) cerca de 92,8% dos cidadãos entrevistados tem medo real de ser assassinado, em contraponto aos 70% como taxa no sul.

Neste ponto, para além de altos os índices de medo e do pavor das ondas de mortes, mostra-se significativamente à incidência do fator de desenvolvimento humano – educação, renda per capita, longevidade –, na problemática dos homicídios⁵⁰.

Ainda nesta abordagem tomada pelo IPEA, causa no mínimo espécie também os números relativos às questões envolvendo o grau de confiança nas instituições à frente da segurança pública brasileira. Aqui, considerando a percepção das instituições policiais militares, civis, rodoviária federal e federal, segundo a pesquisa, mais de 50% dos entrevistados responderam que não confiam (ou confiam pouco)

⁴⁹ Nesse sentido, veja o **Sistema de Indicadores de Percepção Social no Brasil- SIPS**, realizado em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Segurança pública. Brasília. 5 de Julho de 2012.

⁵⁰ Nesse sentido, os dados apontam novamente para a questão do Desenvolvimento Humano como contraponto não apenas as taxas de criminalidade, mas também na sensação de insegurança e medo. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. IDHM do Brasil 1991/2000/2010. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. p 43.

principalmente nas polícias civis e militares⁵¹, justamente as duas instituições representativas do Estado que estão diretamente envolvidas na questão dos homicídios, justamente as instituições que estão em contato direto com a população.

Tais números, para além de elucidar o descrédito como uma das possíveis leituras, evidenciam também impacto nos fatores da própria persecução criminal, tal como a aventada questão da própria atitude negativa de testemunhos ou cooperações testemunhais em crimes de homicídio como veremos mais à frente.

Em tempo, é também emblemática a questão da união de esforços e todo aparato institucional de guerra às drogas e aos crimes patrimoniais adotado na política pública de segurança⁵², na medida em que acaba por desvincular ou desvirtuar, de alguma forma não apenas as verbas, mas o foco dado aos delitos contra a vida, principalmente os homicídios⁵³.

De qualquer forma, ainda que difícil seja apontar possíveis respostas para o problema da tríade criminalidade, impunidade, medo, é razoável ao menos aventar, partindo da conformidade dos dados colocados em pauta, indiciamentos ou oferecimento de uma equação mais plausível para o talvez fadigado modelo de enfrentamento político criminal adotado por meios das instituições estabelecidas.

⁵¹ **Sistema de Indicadores de Percepção Social no Brasil - SIPS.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Segurança pública. Brasília. 5 de Julho de 2012. p. 6.

⁵² MATOZINHOS, Dea Rita. Discursos sediciosos. Crime, direito e sociedade. **RoboCop, o policial do futuro (o futuro da paz urbana).** Ed. Freitas Bastos. Rio de Janeiro. p. 197-204.

⁵³ SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal Parte Geral.** 2.ed. ver. Atual. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2007.

2. UMA POSSÍVEL RADIOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

2.1 – A ENDEMIA ATRAVÉS DE DADOS EMPÍRICOS

Esse capítulo, para situar o leitor, inicia-se com os estudos dos dados listados no Mapa da Violência 2013 “*Mortes matadas por arma de fogo*”⁵⁴, sob coordenação de Julio Jacobo Waiselfisz, cuja pesquisa utilizou metodologicamente o cruzamento de dados indicativos de mortes por causas externas (em especial as mortes por arma de fogo)⁵⁵ e os comparou com os índices de crescimento da população brasileira no mesmo período. O resultado evidencia não apenas no sentido meramente quantitativo, mas qualitativo, que no Brasil há indícios de uma realidade violenta e mortal pela evidência de altíssimos índices de assassinatos por arma de fogo.

Para se ter uma prévia cognição talvez alarmante do que os dados representam, em 30 anos (considerando a faixa de 1980 a 2010) morreram aproximadamente 800 mil cidadãos por disparos de algum tipo de arma de fogo, o que representa a passagem de 8.710 vítimas, no ano de 1980, para 38.892 vítimas em 2010, o que indica um crescimento de 346,5%.

Neste mesmo período, para melhor compreender uma inicial problemática da questão da endemia de homicídios no país, no mesmo período a população brasileira cresceu 60,3% (considerando uma população de 121.150.573, em 1980,

⁵⁴ WAISELFISZ, Julio Jacobo. Op. cit, p. 55.

⁵⁵ Os índices de mortalidade por armas de fogo no Mapa da Violência “Mortes por Arma de Fogo” tem como base de dados a premissa legal (leis nº 015/73 e nº 6.216/75) no sentido de que nenhum sepultamento (ao menos oficial) pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Ainda que não tenha por base as mortes não oficializadas, o mapa possibilita, para fins estatísticos, ainda, os dados de idade da vítima, sexo, estado civil, profissão, entre outros, bem como o lugar do falecimento ou onde ocorreu a morte. Assim, os dados obtidos neste presente capítulo (que têm como base as certidões de óbitos) seguem as projeções disponibilizadas pelo DATASUS (Departamento de Informática do SUS) em correspondência com estimativas de crescimento populacional elaboradas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possibilitando, assim, uma abordagem qualitativa aproximada. Em tempo, para fins de esclarecimentos o Ministério da Saúde (o que logicamente inclui o DATASUS) tem adotado, desde 1995, os parâmetros do CID-10 (classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde) e a pesquisa confinada no Mapa da Violência em comento tem agrupado os dados das categorias (*causa mortis*) W32 a W34 (por projétil de revólver e armas de fogo de pequeno tamanho; rifle, espingardas e armas de maior tamanho; demais armas não especificadas, artesanais); X72 a X74 (lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de arma de mão; por disparo de espingarda, carabina ou maior calibre); X93 a X95 (das agressões intencionais ou homicídios por meio de arma de fogo de mão; espingarda, carabina ou de maior calibre ou não especificada); e por fim Y22 a Y24 (disparo de pistola, fuzil, carabina, ou arma não especificada ou identificada todas de intenção indeterminada). idem, p. 6-8.

para 190.755.799, em 2010), assim muito menor que o percentual de mortes de 346,5. Se não bastasse, o estudo do mapa ainda evidencia que entre os jovens (considerando a faixa etária de 15 a 29 anos) o crescimento mortal foi ainda maior, passando de 4.415 óbitos em 1980 para 22.694 em 2010, registrando um aumento de 414%⁵⁶. Esses números possibilitam várias leituras, dentre elas a de que há uma questão de ordem no mínimo vitimológica desse grupo de pessoas, em regra jovens, e, conforme veremos mais à frente, pardos, negros, analfabetos, não raro envolvidos nos caminhos da ilicitude que lhes resta, em geral o tráfico de drogas, e não raro crimes patrimoniais.

Outra leitura possível, ao tomar por base o aumento percentual de 60,3% da população total brasileira naquele período considerado (1980 a 2010) e relacioná-lo aos índices de violência na forma de homicídios na medida em que houve um aumento de 591,5% considerando os assassinatos entre os jovens nesses 30 anos.

Tais números matematicamente por si só evidenciam e ao mesmo tempo introduzem inquietações e candentes discussões na seara jurídica penal e da segurança pública. Na perspectiva de enfrentamento desses números o Estado através do poder público tem se delineado por caminhos da beligerância legislativa⁵⁷ de cunho mais repressivo ou, não raro, ainda pelos caminhos do aparelhamento das instâncias envolvidas na persecução criminal fazendo ressurgir a possibilidade de um Estado cada vez mais policial para o enfrentamento da complexidade dos homicídios.

São muitas as leituras dos dados empíricos de assassinatos. É possível dizer que a prevenção psicológica (prevenção gera positiva) das leis nem sempre são efetivas, pois se assim fossem os dados apontariam noutro sentido. Também é possível inferir uma crítica nas escolhas dos bens jurídicos, da questão do apego patrimonial já aventada na pesquisa sobre os preceitos secundários dos tipos legais

⁵⁶ ibidem, p. 9.

⁵⁷ **“A Coerção Penal no Âmbito da Lei dos Crimes Hediondos”** Por Simone Moraes dos Santos. Para definir lei, em sentido latíssimo, vale a lição de Montesquieu, para quem *“Leis são relações necessárias que decorrem da natureza das coisas”*. Portanto, além das leis naturais, o homem pode contar com leis feitas por ele próprio, as leis jurídicas. Ocorre que, na intenção de elaborar leis para organizar a vida em sociedade, o homem, ser de inteligência limitada, corre o risco de vacilar na ignorância e no erro, próprios deste. Não olvidando, ainda, de quão sensível é o homem, criatura sujeita a mil crenças e paixões. Então, é daí que o bom senso do legislador deve prevalecer, não se entregando às fraquezas que lhe são próprias, assim como, não se perdendo da extensão e dos limites que deve dar à sua lei. Além do que, como já dizia Aristóteles, *“a lei é a razão sem paixão”*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4690/a-coercao-penal-no-ambito-da-lei-dos-crimes-hediondos>>. Acesso em: 23 de agosto de 2015.

que literalmente “roubam a cena”⁵⁸ e são destacadamente as principais agendas do legislativo sobre a suposta ineficácia da segurança pública brasileira.

Pois bem, deixando por hora estes dados preliminares em segundo plano, interessa a pesquisa e análises específicas dos indicativos de dados estatísticos de assassinatos.

Neste ponto, o questionamento é se haveria algum padrão ou não dos modos de execução, dos principais lugares (locais urbanos ou rurais) de crime, do tempo (dia ou noite), das relações entre autor e vítima (Será que há? Ou, em geral, são ocasionais?), da motivação, no sentido de realizar uma espécie de “radiografia” da endêmica violência em foco (referindo-me, em regra, aos crimes cometidos à mão armada).

Para tanto, antes de adentrarmos no objeto deste capítulo, é preciso destacar que através da análise destes dados de forma mais específica à pesquisa busca maiores “possibilidades” e leituras sobre a complexidade dos homicídios.

No mesmo sentido, se busca também apontar dados mais objetivos e correlaciona-los, os colhidos na pesquisa de campo aqui em Curitiba⁵⁹ com outros dados de campo apontados noutras pesquisas⁶⁰. Deste modo, talvez seja possível viabilizar ponderações mais plausíveis sobre a suposta ineficácia do modelo adotado de política criminal de segurança pública. Assim, estará em evidência uma leitura crítica da segurança pública não apenas no plano teórico ou doutrinário, mas também no plano empírico através das instituições policiais (ostensiva e judiciária), e instituições judiciais propriamente ditas, que são as instituições em que se concentra a segurança pública.⁶¹

⁵⁸ Basta observarmos, a título de exemplo, que os crimes de roubo majorado, roubo qualificado pelo resultado (latrocínio), extorsão, entre outros, ainda que indiretamente cometidos com violência, grave ameaça ou resultem em morte, protegem na essência o bem jurídico “patrimônio”, e não a vida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. “Título II (...) Dos Crimes Contra o Patrimônio. (...) artigos 157, §2º; 157, §3º; 158, §3º”. Acesso em: 23 de agosto de 2015.

⁵⁹ Basicamente o conteúdo de dados estatísticos, empíricos, quantitativos de homicídios dolosos, inquéritos instaurados na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, recebimento de denúncia pelas Varas do Júri da Capital, bem como dados informais tais como o conteúdo dos diálogos com operadores do sistema de segurança pública em geral.

⁶⁰ Para fins metodológicos, a pesquisa tomou o conteúdo de dados estatísticos, empíricos, quantitativos de homicídios dolosos, inquéritos instaurados nas Delegacias de Homicídios das Cidades de Guarulhos-SP; Belém-PA e Maceió-AL, para o fim de buscar possíveis comparações ou inferências com o conteúdo de dados colhidos aqui na capital, inclusive os dados de campo.

⁶¹ BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 5.ed, set. de 2001. p. 34.

2.2 – O HOMICÍDIO EM 4 CIDADES BRASILEIRAS, HÁ UM PADRÃO COMUM?

Conforme supracitado no capítulo anterior agora a pesquisa irá considerar os dados relacionados aos homicídios dolosos, em especial cometidos “à mão armada” (considerando que grande parte dos homicídios dolosos são cometidos mediante esse meio de execução), por regiões do país, especialmente os dados das cidades de Guarulhos, Belém, Maceió e Curitiba⁶².

Preliminarmente, para fins metodológicos, e para situar o leitor, valer trazer aqui o motivo da escolha das cidades e como se procederá à leitura sobre o montante de dados. Pois bem, o objeto de escolha desses dados locais tomou por base uma pesquisa precedente e a possibilidade de correlacioná-las com outras (de campo e dos dados da secretaria de segurança pública do Paraná através da CAPE) e, assim, inferir possíveis padrões, diferenças e pontuações sobre a criminalidade entre uma cidade e outra. Em tempo, vale dizer que essas leituras de dados são desafiantes na medida em que temos, a princípio, alguns desafios metodológicos como as diferenças culturais, sociais, e até mesmo de desenvolvimento humano local com diferentes graduações em cada cidade.

Finalmente, vale ressaltar aqui que a pesquisa neste ponto tomou por base, além dos dados bibliográficos doutrinários, o conteúdo de campo realizada por órgãos públicos e privados de ensino sob coordenação do Ministério da Justiça em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública Nacional⁶³, bem como a pesquisa de campo realizada por mim no primeiro semestre deste ano⁶⁴, e outras tantas pesquisas de dados cedidos pelas próprias secretarias de segurança pública

⁶² Para fins de elucidação, naquelas três primeiras cidades, tomei por base dados colhidos na obra: Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 1. FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; NEME, Cristina; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. 409 p.

De outra forma, a abordagem metodológica na capital paranaense seguiu a metodologia de pesquisa fundada nos dados colhidos empiricamente junto à Polícia Civil do Paraná (veiculados pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, sejam por dados informatizados, sejam por abordagens pessoais que realizei em campo no primeiro semestre de 2015); e, por fim, os dados das 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri da Capital, aqui no tocante aos números de recebimento de denúncia nos crimes de homicídios dolosos contra a vida cometidos em Curitiba nos últimos anos.

⁶³ FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; NEME, Cristina; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. op. cit.

⁶⁴ Basicamente, através de um questionário, onde eu os indagava - após breve apresentação pessoal e do objeto da pesquisa que era entender o fenômeno do homicídio na capital, que como o resto do país apresenta altíssimos índices e em contrapartida baixíssimos índices de elucidação de casos -, sobre os principais motivos dessas taxas altíssimas; quais os principais problemas da investigação policial hoje; quais seriam as possíveis soluções para aumentarmos os índices de elucidação de casos; entre outros questionamentos. Vide anexos 1, 2, 3, e 4 (ofícios aos órgãos policiais civis, de planejamento estratégico, e judiciais do paraná, aqui às 1ª e 2ª varas do júri da capital).

estaduais. A título de exemplo, aqui no Paraná por meio da CAPE (Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico)⁶⁵.

2.3 – OS DADOS MORTAIS EM GUARULHOS-SP, BELÉM-PA, MACEIÓ-AL E CURITIBA-PR

Inicialmente, tomando por base os dados da coleção “Pensando a Segurança Pública (...) Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações”, vislumbrou-se tanto nas cidades de Guarulhos, Belém, quanto Maceió, que a imensa maioria (cerca de 80% dos registros de homicídios) tem a investigação criminal iniciada pela polícia ostensiva (polícia militar) e não pela polícia investigativa (polícia civil).

Neste ponto, sem qualquer desmerecimento ou juízo de valor dessa ou daquela instituição, levanta-se o questionamento acerca da repercussão da incapacidade técnica-jurídica deste órgão policial ostensivo, que não é investigativo, na minoração de índices de elucidação de casos. A questão de a polícia não investigativa tomar o primeiro contato na investigação policial é crucial para uma primeira leitura no sentido de demonstrar a ineficiência das investigações e as consequentes não elucidações de casos.

Essa primeira leitura do dado em tela também possibilita uma leitura de inconstitucionalidade de atuação na medida em que a atribuição investigativa incumbe à polícia judiciária, civil (ressalvada a competência da União, da polícia federal). Nada obstante, assim dispõe a Constituição Federal de 1988, no capítulo da segurança pública, em seus parágrafos 4º e 5º quando delimitam atribuições aos órgãos policiais:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de

⁶⁵ CAPE. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/mo_dules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.⁶⁶

Essa perspectiva estava presente em todas as quatro cidades, e também foi perceptível na abordagem de campo aqui em Curitiba⁶⁷.

Assim, uma primeira evidência das dificuldades que a própria segurança pública deve enfrentar e talvez mudar diz respeito ao início da investigação na medida em que os dados da breve pesquisa demonstram até certo ponto que as investigações policiais iniciam de forma no mínimo “atrapalhada”, tumultuada, ou equivocada na medida em que o primeiro contato investigativo não é realizado pelo órgão competente para tal. Aqui, quem sabe por mais que haja a “cooperação”, ou boa vontade da polícia militar no sentido de atuar nestas diligências, a falta de capacitação jurídica e investigativa dos agentes policiais ostensivos tem apontado sérios elementos prejudiciais à efetivação das investigações. Deste modo, é um dos desafios da segurança pública corrigir essa prática que além de ser inefetiva é também inconstitucional, pois segundo a Constituição cabem às polícias militares o policiamento ostensivo, repressivo, e não o investigativo e judiciário.⁶⁸ Seria um ponto a ser pensado nesse sentido.

Dando seguimento, pelo exposto temos uma tumultuada instauração ou abertura de inquérito policial, e, o que vem depois? Bem, a partir disto é iniciada

⁶⁶ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

⁶⁷ Para a CAPE, mediante apresentação de um dos funcionários entrevistados durante a pesquisa de campo realizada no primeiro semestre, as falhas das investigações tem início desde quando não há uma adequada preservação da cena do crime que infelizmente é feito pela Polícia que primeiro chega ao local, em regra a polícia ostensiva e não investigativa, a própria descrição no Boletim de Ocorrência que nem sempre é fidedigno ao que de fato aconteceu ou possui carência de detalhes essenciais para tornar efetiva uma investigação (como a própria colheita de relatos testemunhais). No mesmo sentido, agentes e delegados da polícia civil da DHPP responderam esse questionamento inicial

⁶⁸ “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] IV - polícias civis; V - polícias militares [...]. § 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. § 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]” BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

uma investigação que, pela falta de provas, quase sempre não elucida, tampouco indicia suspeitos dos assassinatos à mão armada, no máximo temos a materialidade, o corpo de um jovem negro analfabeto.

Aqui pelo menos dois questionamentos se anunciam perante a pesquisa. Um primeiro é sobre quais os índices de elucidação de casos de homicídios nessas cidades? Será que correspondem aos baixíssimos índices de 5 a 8%? Um segundo questionamento é sobre quem são os agentes do homicídio? Quais pessoas figuram como principais vítimas e autores de homicídios nestas cidades? Qual o sexo, a faixa etária, índice de escolaridade? Vejamos, para fins didáticos, isso no próximo subcapítulo.

2.4 – A EVIDÊNCIA DA INOPERÂNCIA ESTATAL NOS CASOS DE HOMICÍDIOS NO BRASIL

Na cidade paulista, Guarulhos, os dados da pesquisa apontaram que, de um total de 132 Inquéritos Policiais apenas 67 tinham relatório final e apenas 20 com indiciamento.⁶⁹

Na capital do Pará, Belém, os dados da pesquisa tiveram por base a análise de um total de 168 Inquéritos Policiais instaurados, considerando primeiro semestre de 2010, dos quais em sua grande maioria (em 94,7%) indicaram o seguinte dado “autoria desconhecida”.

Na capital de Alagoas, Maceió, os dados da pesquisa apontaram que, de um total de 217 inquéritos, um percentual de 36,9% foram arquivados por falta de provas, e 53,0% ainda estavam em andamento aguardando provas para indiciamento, representando, assim, uma taxa de indiciamento de apenas 10.1%, ou seja, 22 casos.

Na capital do Paraná, Curitiba, os dados (com base na estatística da CAPE e da pesquisa de campo feita por mim no primeiro semestre) apontam no mesmo sentido baixas taxas de elucidação de casos conforme se exporá na sequência

⁶⁹ Este fator, e vários outros espalhados por toda a pesquisa, indicam, ou melhor evidenciam correspondência com a baixíssima taxa de elucidação de casos já colocada como objeto da presente pesquisa (variando entre 5 e 8%). Disponível em: <http://www.cnpm.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

através do cruzamento de dados (basicamente a metodologia foi cruzar o suposto quantitativo de assassinatos, com os números de inquéritos, e finalmente o número de denúncias recebidas pelo judiciário, tudo no mesmo período de 6 anos em que pese não serem casos correspondentes). Antes, para fins metodológicos e de melhor elucidação ao leitor desta pesquisa, alguns pontos merecem ser esclarecidos.

O primeiro deles se refere à base de pesquisa, como dito acima, não foi o relatório do SENASP base daquelas outras cidades, mas sim os dados cedidos pela CAPE⁷⁰, no tocante aos números de homicídios e inquéritos, e os dados cedidos pelas 1ª e 2ª Varas do Júri da Capital⁷¹, no tocante ao quantitativo de recebimento de denúncias.

O segundo ponto, é que a metodologia da pesquisa tomou por base os dados de homicídios, inquéritos e recebimentos de denúncia compreendidos no período de 2009 a 2014, para o fim de buscar maior objetividade e amparar a possível evidência real da impunidade, como nos casos daquelas cidades brasileiras.

Assim, a leitura de dados foi no seguinte sentido. Em Curitiba, considerando os últimos 6 anos (2009 a 2014) houve em média a deflagração (instauração) de 36 inquéritos para cada 100 homicídios dolosos contra a vida registrados⁷². Esse dado preliminar (mais a frente delimitado pelo número de recebimento) foi o primeiro resultado considerando que em 2009, dos 632 homicídios dolosos registrados foram instaurados por volta de 235 inquéritos. Em 2010, dos 750 registrados foram instaurados 190 inquéritos; em 2011, dos 685 homicídios registrados foram instaurados apenas 240 inquéritos. Em 2012, registrados 597 homicídios, dos quais foram abertos aproximadamente 270 IPs. Em 2013, dos 530 homicídios foram abertos cerca de 230. E, finalmente, em 2014 a secretaria de segurança pública registrou 569 homicídios dos quais foram instaurados aproximadamente 210 IPs⁷³.

Pois bem, mas quantos desses inquéritos instaurados foram concluídos? Aqui

⁷⁰ Vide anexo 2 (ofício à CAPE – Coordenadoria de Planejamento Estratégico).

⁷¹ Vide anexos 3 e 4 (respectivos ofícios as 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri da Capital).

⁷² Segundo os dados da própria Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná foram registrados, nestes 6 anos, um total de 3.763 homicídios dolosos contra a vida e um total aproximado de 1.375 inquéritos policiais instaurados. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

⁷³ Esses dados estão disponíveis no portal da segurança pública e administração penitenciária do Paraná, na página da CAPE, gestão da segurança, estatísticas, relatórios estatísticos. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

surgiu uma possibilidade de delimitação no sentido de relacionar esses números de inquéritos instaurados, naquele lapso temporal de 6 anos, com o número de recebimento de denúncia no mesmo período. Em tempo, ainda que não sejam sobre os mesmos casos como já falado essa foi à possibilidade encontrada para dar maior objetividade a pesquisa. Assim, equacionando-os, considerando os dados da CAPE e os dados das Varas do Júri de Curitiba, nesse lapso temporal de 6 anos registrou-se um quantitativo total de: 3.763⁷⁴ assassinatos (homicídios dolosos), dos quais foram instaurados um total aproximado de 1.375 inquéritos policiais; dos quais resultaram em apenas 738⁷⁵ recebimentos de denúncias.

Finalmente, esses indicativos apontariam sumariamente que apenas 19% dos assassinatos em Curitiba chegam à fase inicial da ação penal. Mas, ao aprofundarmos um pouco mais a reflexão, esses indicativos podem ser ainda mais reveladores e próximos dos baixíssimos índices de elucidação de mortes do Mapa da Violência (segundo o qual está entre 5 a 10% no Brasil) na medida em que ao considerarmos todo o deslinde processual do rito do júri que perpassará ainda pelas decisões da 1ª fase (vale lembrar que o magistrado terá ainda 4 possibilidades, absolvição sumária, impronúncia, desclassificação, e pronúncia) e depois toda uma segunda fase até a eventual absolvição ou condenação pelos jurados. Assim, considerando todas essas possibilidades, ao invés dos eventuais 19% a pesquisa aqui evidencia com significativo fundamento objetivo que Curitiba está muito próxima da margem de 5 a 8%⁷⁶ de inoperância estatal ou de ineficácia elucidativa dos assassinatos.

⁷⁴ ibidem. Em tempo, retomando que estes são apenas os dados “formais”, “publicados”, nesse sentido muito abaixo dos dados reais que só em 2014 passaram de três (3) mil assassinatos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/07/numero-de-homicidios-no-parana-cresce-55-em-uma-decada.html>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

⁷⁵ Dados esses obtidos seguindo a mesma forma metodológica, via ofícios (vide anexos 3 e 4), e recebidas respostas deles via correio eletrônico, e-mails. Em tempo, a resultante foi no seguinte sentido, considerando os fatos crimes homicídios dolosos consumados de 2009 a 2014, pela 1ª Vara foram recebidas 298 denúncias, e pela 2ª Vara recebidas um total de 440 denúncias. Nesse diapasão, a pesquisa em tela obteve um aproximado, mas ainda sim objetivo número total de 738 recebimentos de denúncias (considerando o lapso temporal de 2009 a 2014), todas relativas a fatos crimes “homicídio doloso” consumados de janeiro de 2009 até dezembro de 2014.

⁷⁶ Principalmente quando considerarmos, em termos de condenação nas primeira e segunda varas do júri, uma probabilidade aproximada de 40 % a 50% de taxa de condenação, o que não é algo imaginável em se tratando de júri.

2.5– OUTROS ASPECTOS SOBRE A RADIOGRAFIA DE ASSASSINATOS

Além da evidenciação dos altos índices de assassinatos em contraposição aos baixos índices de elucidação, o que reflete em maior sensação de impunidade e medo de parcela significativa da população, a pesquisa, outrossim possibilitou mais algumas leituras sobre a crise dos homicídios.

Uma primeira inferência da análise dos dados refere-se a “*regra do silêncio*”, que basicamente traduz-se no não testemunho daquele que viu o fato crime. Esse fato social é bastante presente no cotidiano da práxis policial, conforme indicam alguns relatos da pesquisa do Ministério da Justiça sobre os homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações, bem como aqui percebido na pesquisa de campo realizada na Capital do Paraná, quando ainda que informalmente tive a oportunidade de conversar com alguns agentes públicos (CAPE e da DHPP). Durante os diálogos uma das questões foi sobre “quais seriam os principais entraves da investigação das mortes aqui no Paraná”. Sem citar nomes, tanto os delegados quanto os oficiais da polícia responderam, dentre outros entraves, a questão da não cooperação da própria população do local do crime. Segundo a praxis investigativa, relataram, muitas vezes os transeuntes sabem ou testemunharam à autoria, o assassinato, o acerto de contas, mas ainda assim não testemunham por medo de represálias dos agentes criminosos, ou por não confiarem na própria polícia.

Uma segunda leitura dos dados refere-se a padrões em comum nos casos de assassinatos. Na análise tanto daquele conteúdo do Ministério da Justiça quanto aqui nos relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, vislumbra-se maior incidência de homicídios nos finais de semana, em geral no período da noite (das 18 horas às 00 horas), sendo ainda majorado tais índices nos períodos de final e início de ano⁷⁷; “*na rua e à mão armada*”⁷⁸; com “*alteração da cena do crime*” não

⁷⁷ Esse foi o padrão encontrado nas quatro cidades, geralmente naqueles horários noturnos das sextas, sábado e domingo. Em Belém, por exemplo, a grande maioria de ocorrências (56,6%) estão no período das 18 h às 00 h, e subsidiariamente (24,4%) no período das 00 h às 06 h. Bem assim apontam os dados da pesquisa do Ministério da Justiça, e no mesmo sentido a pesquisa aqui realizada em Curitiba, naqueles moldes metodológicos já indicados (correlacionando os dados da Secretaria de Segurança Pública e os dados de campo obtidos através de um questionário perante os agentes públicos da CAPE, DHPP). Para mais, vide ofícios ao final da pesquisa, e também: Secretaria de Segurança Pública do Paraná. CAPE. Relatório estatístico criminal quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte janeiro a dezembro de 2014. Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/file/relatorio_mortes_pr_4trimestre2014.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2015. p, 9.

raro a *“desova de corpos em rios, e canais pluviais”*⁷⁹.

Nada obstante, outra possível leitura dos dados é no sentido de relacionar os índices de desenvolvimento humano nestas cidades com os índices de endemia de assassinatos à mão armada e assim buscar alguma resposta possível. Aqui foi possível visualizar uma possível resposta empírica baseada na relação inversamente proporcional entre esses dados. Ou seja, é perceptível que quanto maiores são os índices educacionais, de desenvolvimento econômico e social de uma localidade, principalmente no sentido de inclusão social, menores são os índices de homicídios.

Para ilustrar, Maceió, considerada uma das cidades mais violentas do mundo, conta com um reduzido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 0,721), o menor dos 4 centros urbanos em pesquisa, e em tese esta cidade apresentou os maiores índices de violência. Segundo apontam os dados do “Atlas Brasil”, em conjunto com o “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” e o “IPEA” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a capital alagoana apresentou (em 2010) graves problemas de ordem social, tais como: elevados índices de vulnerabilidade (aqui considerando que 14,11% da população que está na faixa etária de 15 a 24 anos não estuda nem trabalha; e de que apenas 66,2% da população é economicamente ativa e possui trabalho formal.

Luiz Flávio Gomes tem vários artigos nesse sentido onde relaciona o desenvolvimento humano com a criminalidade. Sobre os homicídios, inclusive, tem um site intitulado “delitômetro” o qual contabiliza os números da assassinatos no país. Nesse sentido a expõe uma situação de violência endêmica no país, e assim a descreve:

Em 2011, tínhamos 14 das 50 cidades mais violentas do planeta; esse número subiu para 15 em 2012 e 16 em 2013 (Maceió, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Salvador, Vitória, São Luís, Belém, Campina Grande, Goiânia, Cuiabá, Manaus, Recife, Macapá, Belo

⁷⁸ Os índices guardam correspondência com os evidenciados e descritos no Mapa da Violência de 2013 “Efetivamente, se no início de nossa série histórica (1980), os homicídios representavam, em média, aproximadamente 70% do total de mortes por arma de fogo, a partir de 1992 começa uma íngreme escalada até 1997. A partir desse ano, a participação continua crescendo, mas em ritmo menor. Já em 2001 os homicídios chegam a representar a quase totalidade das mortes por arma de fogo (94,6%). (...) crescimento do uso das armas de fogo como instrumento letal nesses homicídios”. WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: Mortes por arma de fogo**. Op. cit., p. 15.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>> Acesso em: 25 de abril de 2015.

Horizonte e Aracaju). Em 2014 chegamos a 19 (por ordem crescente de homicídios): João Pessoa, Maceió, Fortaleza, São Luís, Natal, Vitória, Cuiabá, Salvador, Belém, Teresina, Goiânia, Recife, Campina Grande, Manaus, Porto Alegre, Aracaju, Belo Horizonte, Curitiba e Macapá. João Pessoa, agora, das grandes, é a cidade mais violenta do país. Como se vê, o termômetro da violência no Brasil e na América Latina está aumentando (conforme os números apresentados pela Organização da Sociedade Civil mexicana, chamada Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal, que divulgou, em janeiro de 2015, o ranking das 50 cidades mais violentas do planeta - cidades com mais de 300 mil habitantes).⁸⁰

O Atlas Brasil indica, ainda, significativos problemas de ordem familiar estrutural ao considerar que em mais de 25% das famílias alagoanas os pais não possuem ensino fundamental e estão com filho menor. Se não bastassem os problemas estruturais supra citados, que repercutem obstando instâncias de ascensão social e econômica deste grupo de pessoas, mais da metade (71,21%) delas (na faixa etária de 18 anos ou mais) não possuem ensino fundamental completo, e 32, 11% delas ocupam o mercado informal.⁸¹

Em Curitiba, a leitura dos dados cedidos pelo relatório da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico do Paraná, “dos crimes contra a pessoa”, indicam pontos no mínimo em comum com as altas taxas de assassinatos das regiões nordeste. Na capital do Paraná foram registrados em 2009 um total de 632⁸² homicídios dolosos contra vida; seguidos de 750⁸³ em 2010; 685⁸⁴ em 2011; 597⁸⁵ em 2012; 530⁸⁶ em 2013 e finalmente 569⁸⁷ em 2014.

Trabalhando esses dados, ainda que sejam desconsideradas as mortes não subnotificadas, é possível chegar à média anual preliminar de 627 homicídios dolosos contra vida (considerando os últimos 6 anos). Outrossim, considerando a

⁸⁰ Disponível em: <<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/164811531/19-das-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-sao-brasileiras>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

⁸¹ Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maceio_al>. Acesso em: 17 abril de 2015.

⁸² Disponível em < <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2009Errata.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

⁸³ Disponível em:< <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2010Errata.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

⁸⁴ Disponível em:<http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2011_Errata2pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

⁸⁵ Disponível em: < <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RelatorioRelativoMorte2012.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

⁸⁶ Disponível em: < http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Relativo_Morte_2013.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

⁸⁷ Disponível em<http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/file/relatorio_mortes_pr_4trimestre2014.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

população da capital em torno de 1.751.907⁸⁸, é possível indicar sumariamente uma taxa de 35,8 homicídios por 100 mil habitantes, bem acima da taxa considerada pela ONU de dez (10) mortes por cem (100) mil habitantes. É uma leitura possível desses dados.

Tais números são emblemáticos e também podem ser lidos na perspectiva da questão do desenvolvimento humano. Curitiba apresenta sim elevado Índice de Desenvolvimento Humano⁸⁹ mas que talvez não seja de forma uniforme vislumbrado em todas as regiões ou bairros da capital. Assim, bairros com elevados índices atis como Batel, Água Verde, Jardim Social, Cabral, apresentam menores taxas de crimes⁹⁰, ao passo que CIC (Cidade Industrial), Cajuru, Tatuquara e Sítio Cercado apresentam menores IDHs e as maiores taxas de crimes (mais de 50% do total), conforme indicam o mesmo relatório da CAPE.

Mais uma vez, a questão da política urbana e do Desenvolvimento Humano se mostra basilar quando observamos tais dados empíricos sendo a criminalidade quase sempre maior nos locais marcados pela ausência de política de bases fundamentais⁹¹.

Concluindo o subcapítulo, assim, demonstrou-se, diante do empirismo do baixo desenvolvimento, a existência da relação inversa entre índices de óbitos (em regra, por arma de fogo) e os índices de desenvolvimento.

2.6 – FOI MORTE MORRIDA OU MATADA? TANTO FAZ, O CASO PROVAVELMENTE SERÁ ARQUIVADO

Neste subcapítulo, a monografia terá por base não apenas as leituras dos conteúdos doutrinários ou bibliográficos a despeito da segurança pública, mas

⁸⁸ Segundo o último Censo IBGE, disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=0>>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

⁸⁹ Em 2010, registrou índice de 0,823. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/curitiba.pr>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

⁹⁰ A título ilustrativo, em 2014 foram registrados 2 homicídios nesses bairros “nobres” (sendo 1 no Batel, em Agosto; e 1 no Cabral, em março; não sendo registrado nenhum no Jardim Social e no Água Verde). Relatório estatístico criminal quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte janeiro a dezembro de 2014. Paraná, segundo municípios e Curitiba, segundo bairros. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/file/relatorio_mortes_pr_4trimestre2014.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

⁹¹ Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/24125/GEOGRAFIA%20DO%20CRIME%20EM%20CURITIBA_A%20PRODUCAO%20DE%20ESPACOS%20SEGREGADOS%20PELA%20VIOLENCIA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

também o conteúdo de dados colhidos em campo no primeiro semestre deste ano de 2015, nesta capital paranaense. Aqui, a investigação tomou por base similitude com alguns métodos antropológicos de pesquisa tais como aquele encontrado na obra “Ensaio de antropologia e de direito” do eminente antropólogo Roberto Kant de Lima⁹². Nesse sentido de aproximação, o trabalho de campo utilizou basicamente técnicas de entrevistas estruturadas e não estruturadas, conversas informais e observação participante, conjunto esse que relacionado às demais inferências doutrinárias e também empíricas já explicitada nos capítulos vencidos possibilitaram alguns apontamentos minimamente possíveis.

Pois bem, através de ofício⁹³ e após prévio contato, foi possível dialogar tanto com oficiais da polícia militar do Estado do Paraná, em especial um deles, Capitão, na CAPE que hoje está localizada no prédio da secretaria de segurança pública do Estado, bem como também foi possível conversar com Delegados da Polícia Civil da DHPP (divisão de homicídios da Capital), em especial um deles que estava de plantão no dia da visita.

Pois bem, na capital do Paraná, o resultado da pesquisa apontou fortes indícios de que a então denominada “cidade modelo” segue os altos índices de homicídios dolosos em contraponto aos também baixíssimos índices de elucidação de casos.

Enfrentadas as dificuldades da desconfiança, do formalismo (no sentido burocrático), e dos problemas do subjetivismo na forma do “poder-dever” e não do “dever-poder” de alguns agentes públicos⁹⁴, na pesquisa de campo obtive a seguinte resposta de um Delegado da DHPP quando o questionei sobre “o que tem causado os altíssimos índices de homicídios nesta capital nos últimos anos⁹⁵”, e depois, “o

⁹² LIMA, Roberto Kant de. **Ensaio de antropologia e de direito**. Acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e de produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Coleção conflitos, direito e culturas. Coordenadores Roberto Kant de Lima e Michele Misse. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2008. p, 39 – 89.

⁹³ Vide anexos.

⁹⁴ Neste sentido, com muita clareza e evidência me fez lembrar o famoso jargão “*Você sabe com quem está falando?*” de DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁹⁵ Vale lembrar ao leitor que o Estado do Paraná ocupa a 7ª posição no Brasil (das 27 Unidades Federadas), entre as maiores taxas de óbito por Arma de Fogo por 100 mil habitantes, com uma taxa aproximada de 27 mortes. WASELFISZ, Julio Jacobo. Gráfico 3.1. op. cit., p. 21.

que tem causado tão baixíssimos índices de elucidação de casos⁹⁶:

“há alguns problemas cruciais na polícia civil, dentre eles a falta de pessoal para atender os crimes que tem crescido nos últimos anos em Curitiba”. De que “houve um crescimento migratório muito grande de pessoas de outros lugares do país em busca de oportunidade na então cidade modelo, mas que por várias questões estas não conseguiram efetivação profissional e consequentemente muitas dessas pessoas acabaram por ocupar setores de trabalho informais, autônomos e não poucos a criminalidade, a marginalidade”. Disse ainda que, “falta efetivo policial nas ruas e isso tem repercutido na ineficácia da investigação, na demora, ou até mesmo da necessidade de apoio de outras equipes não qualificadas para ir no local do crime fazer os primeiros trabalhos de investigação”. Que, nesse sentido, “em muitos casos não se preserva a cena do crime, que não se colhe informações forenses essenciais”. Que algumas vezes “a polícia que chega primeiro na cena do crime não é a investigativa, a civil, mas a “PM”, e em outras vezes até mesmo a “GM” (guarda municipal)”. Lembrou ainda que “há locais com maior incidência de homicídios na capital, como na Cidade Industrial, no Cajuru, Cristo Rei, Parolin, São Lourenço e que muitas vezes há testemunhas oculares de assassinatos, mas não há colaboração destas com a polícia em razão do medo de represálias, do constrangimento que estas pessoas têm de testemunhar, pois vivem em locais marginalizados e que operam ali, quase sempre, a lei do tráfico, da criminalidade”. Disse que “todo esse conjunto cria barreiras à efetividade da investigação, e consequente falta de provas, impossibilidade de indiciamento, mas que ainda sim não chegam aos “bizarros” índices de 5 ou 8%. Disse que “os índices de inquéritos são maiores que aquele percentual, mas infelizmente não pode informar isso estatisticamente”. Disse que “a polícia civil tem procurado melhorar sua eficiência investigativa agora com a recente instaurada divisão de homicídios”. Destacou também que: “a justiça está cada vez mais rigorosa, o que auxilia o bandido, pois é cada vez maior a exigência da clareza das provas, da suspeita de autoria, e que tudo isso tem aumentado o volume de trabalho e

⁹⁶ Considerando, com base no mapa da violência, no relatório nacional da execução da meta 2, e na estimativa feita pela Associação Brasileira de Criminalística em 2011, que o país enfrenta uma possível crise da segurança pública na medida em que há indícios empíricos de taxas baixíssimas (5 a 8%) de elucidação de casos (assassinatos).

de arquivamento de investigações que se tornam quase que impossíveis de concluir”.

Esse foi o resultado da abordagem inicial realizada nos meandros do recém implementado Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil da Capital (DHPP)⁹⁷, e dela surge algumas possíveis leituras sobre o porquê dos altíssimos índices de homicídios em consonância com os baixíssimos índices de elucidação de casos, objeto da presente monografia.

Uma primeira leitura aqui diz respeito a questão da dificuldade investigativa que temos no país hoje, talvez até mesmo reflexo do questionável modelo de segurança pública policial, que não é unificado, é separado em instâncias investigativas e ostensivas, separado em instâncias civis e militares, que não raro não dialogam no mesmo sentido. Aqui, representa-se não apenas um entrave pela existência de mais um órgão (o que se infere num maior caminho a ser percorrido no deslinde investigativo, pois estão separados os órgãos e não unificados), mas também todos os efeitos negativos de um não diálogo policial congruentemente investigativo. Talvez isso seja explicado pelo choque que há entre sistemas antagonicamente diferentes seja pela sua estrutura (uma civil e outra militar), seja pela diferença técnica e jurídica (uma investigativa, outra ostensiva) que são passados nas academias que forma agentes investigativos e agentes de segurança de cunho mais ostensivo.

Nada obstante, na prática e bem assim observou-se no diálogo, temos seguranças públicas certa forma isoladas por meio de esferas que não se complementam para o fim de solucionar a epidemia. Em campo ficou mais evidente essa percepção das dificuldades não apenas externas (retomando aqui todos os problemas do desenvolvimento humano, das desigualdades, entre outros já abordados), mas internas entre as próprias instituições policiais. Isso implica sérios problemas no campo da segurança pública na medida em que, nas palavras do próprio Roberto Kant de Lima, “para tornar o quadro mais complexo, nossa tradição jurídica atribui, de maneira característica, funções tanto administrativa quanto judiciárias à polícia”⁹⁸ instituições onde se concentram a linha de frente do combate

⁹⁷ Para maiores informações sobre o recente departamento da polícia civil responsável pela investigação de homicídios acesse o site, Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

⁹⁸ LIMA, Roberto Kant de. **Ensaio de antropologia e de direito**. p, 50.

a criminalidade em estudo.

A pesquisa de campo também evidenciou outra problemática, do “medo” da população na medida em que esta tem optado pela “*regra do silêncio*”, do não testemunho. Aqui, talvez seja o medo tanto das instituições ilícitas e informais protagonizados pelos agentes do crime organizado, dos operadores do tráfico de drogas, bem como o medo, também, das próprias instituições formalizadas como a polícia. “Medo” da polícia, pois não se tem como regra no país um acompanhamento seguro ou efetivo de proteção às testemunhas (principalmente em se tratando de crimes da competência da justiça estadual, que não raro possuem menores orçamentos e recursos). “Medo” também da polícia, pois muitas vezes não se sabe de que lado do crime esta, como bem leu Kant de Lima numa de suas pesquisas de campo:

No desempenho de suas atividades investigatórias, a polícia muitas vezes transforma testemunhas em suspeitos. Audiências de testemunhas transformam-se frequentemente em interrogatórios de suspeitos. Nas atividades de ronda a polícia tira suspeitos, utilizando para isso seus critérios preventivos, transformados em técnicas investigatórias: em suma, como já disse, prende-se o “suspeito” e depois descobre-se o que ele andou fazendo⁹⁹.

Nesse escopo foram os apontamentos preliminares da pesquisa de campo nos meandros da DHPP. Ao objeto da monografia, que é entender aqueles índices “bizarros” de elucidação de casos, e também o próprio crime de homicídio. Foi efetivo assim no sentido de expor na práxis, para além das doutrinas e bibliografias, a provável inoperância Estatal na questão da investigação criminal.

Pois bem, no mesmo sentido metodológico de campo exposto acima, através das mesmas indagações¹⁰⁰, a pesquisa se aventurou noutro campo, agora não mais na Delegacia de Homicídios da Capital e sim na Secretaria de Segurança Pública do Estado, mais especificamente na Coordenadoria de Análise e Planejamento

⁹⁹ Ibidem, p, 56.

¹⁰⁰ Lembrando ao leitor que o questionamento central era entender o fenômeno endêmico dos homicídios, e subsidiariamente levantar questionamentos sobre os altíssimos índices de homicídios na capital nos últimos anos e os baixíssimos índices de elucidação de casos.

Estratégico (CAPE)¹⁰¹ que, além de outras atribuições, é o órgão que trabalha com todos os dados da criminalidade do Estado do Paraná.

Passadas etapas preliminares, tive a oportunidade de dialogar com um Capitão da Polícia Militar, um dos oficiais que trabalham na diretoria da CAPE. Nessa conversa obtive as seguintes respostas quando o questionei sobre “o que tem causado os altíssimos índices de homicídios nesta capital nos últimos anos”, e “o que tem causado tão baixíssimos índices de elucidação de casos”:

“os dados de homicídios no Paraná estão abaixo da média nacional”. Que “esses dados não são fidedignos”. Que “há uma série de boletins de ocorrências (BOs) onde se indica homicídio quando na verdade se trata de crime patrimonial, um estelionato por exemplo.” Disse também que “vários fatores dificultam a investigação criminal hoje, que após o cometimento do crime, do homicídio por exemplo, em geral, essa informação (testemunho do crime, do local etc.), por meio de disque denúncia (190), chega ao conhecimento da segurança pública e então promove-se o deslocamento de uma equipe policial militar que esteja mais próxima do local.” Que “esse primeiro contato com a cena do crime é realizado pelos agentes policiais militares pois o Estado possui um efetivo militar muito maior que o da polícia civil, e por cobrir a maior parte do território do Paraná praticamente toda a primeira abordagem na cena do crime é feita pela “PM”, só depois chega a criminalística.” Que “é muito difícil se investigar no Brasil, e aqui no Paraná não é diferente, mas nem por isso os índices são de 8%, 10%”. Que “o índice é maior que isso, mas não tem como saber exatamente quanto.”

Aqui, tomando por base a mesma metodologia, foi possível também fazer algumas observações e ponderações, sendo a primeira delas no mesmo sentido da problemática do início das investigações pela falta de capacitação técnica-jurídica e investigativa pelos agentes públicos que em regra primeiro chegam ao local ou cena do crime. Isso também restou evidenciado no breve diálogo.

¹⁰¹ A coordenadoria de análise e planejamento estratégico, para fins de elucidação, é o setor da secretaria de segurança pública do Estado do Paraná responsável pela análise e o mapeamento criminal de cada ponto de Curitiba e Região Metropolitana, bem como alguns pontos do Estado do Paraná. Obtidas informações essas são repassadas aos gestores responsáveis de cada localidade, ou até mesmo equipes policiais. A coordenadoria atua também no planejamento e apoio de operações sistemáticas da Segurança Pública, bem como nas distribuições de viaturas e de efetivo policial. Disponível em: < <http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97> >. Acesso em: 06 de maio de 2015.

Uma segunda observação e leitura diz respeito ao preenchimento das ocorrências, dos BOs. Aqui, novamente a problemática envolvendo as vontades internas, as subjetividades, entre outras perspectivas que fogem ao direito do fato, da imparcialidade. Enfim, talvez cognoscível em algum sentido, pois é inevitável parte da própria condição humana, mas o que se questiona aqui neste ponto da pesquisa é *“o que fazer para superar isso? Todas as vontades, a parcialidade, e não raro a incidência do próprio direito penal do autor, do inimigo?”*

Aqui, talvez aflore novamente as questão das práticas policiais corriqueira, comuns à sociedade em geral e que influem na própria formação do saber, de subjetividades principalmente internamente na corporação. O discurso foge do objeto legal constitucional do direito e investigação do fato, e não do autor, pela busca efetiva da elucidação dos assassinatos.

Para Kant de Lima isso é observado em várias instâncias, sendo até mesmo próprio da diversidade cultural de um país:

A ideologia policial, entretanto, não é um fenômeno isolado na sociedade brasileira. Ao contrário, está fortemente ligada a representações bastante semelhantes referentes à diversidade cultural do país, encontradas em outros lugares de nossa sociedade. Na verdade, representações elitistas e evolucionistas da cultura e sociedade são tradicionais em nossa cultura jurídica e permeiam o pensamento social no Brasil, bem como justificam práticas sociais discriminatórias em nossa sociedade.¹⁰²

Finalmente, chegamos a guisa conclusiva desse capítulo apontando mais leituras possíveis sobre a radiografia do fenômeno dos homicídios dolosos. Buscamos, nessa parte da pesquisa, um passo a mais, que era expor o homicídio como endemia não apenas local, ou regional como se fosse uma “doença” apenas do nordeste do país onde as taxas são altíssimas, mas nacional, presente aqui também na capital.

Os altos índices de assassinatos e baixos índices de elucidação de casos estão por todo o Brasil, inclusive aqui na capital paranaense. Baseada na metodologia de leitura de dados empíricos cedidos pelo Ministério da Justiça, mais a leitura de dados empíricos da SESP-PR, bem como a leitura dos dados colhidos em

¹⁰² LIMA, Roberto Kant de. **Ensaio de antropologia e de direito**. p, 64.

campo (tanto os da DHPP, como os da CAPE), foi possível listar alguns pontos em comum.

Que há alguns padrões em comum nesse crime. Salvo exceções, é até possível dizer que os agentes em regra pertençam a um mesmo contexto local social, marcado quase sempre pela desigualdade, pela falta de Estado, pelo baixo grau de desenvolvimento humano. Também, que os homicídios ocorrem com maior frequência no período noturno (desde às 18 h às 06 h) e nos finais de semana. Que há assassinatos por acerto de contas do tráfico, do crime organizado, por motivações e tantas outras que também podem ser lidas como consequência ou reflexo da falta de acompanhamento político urbano ao crescimento populacional dos últimos anos. Enfim, são muitas as leituras do crime, mas uma delas foi bastante evidente e clara, a de que após o homicídio provavelmente o caso vai ser arquivado por falta de provas, pela ineficiência da investigação, etc.

A questão da ineficiência investigativa, do arquivamento de inquéritos talvez apontem raízes na própria estrutura policial vigente hoje no país, pois são estruturas ou forças policiais que não dialogam de forma efetiva, ou material. Não se combinam e possuem ideologias antagônicas na medida em que uma é civil e a outra militar, que possuem competências diferentes na medida em que uma é judicial e investigativa, e a outra ostensiva e repressiva. Que nesse sentido, ainda que sumária, a pesquisa evidencia grandes desafios à segurança pública fazendo entender por que surgem como possibilidade a questão atual da desmilitarização e unificação das polícias.

Enquanto isso não chega, o certo é que, seja na severidade do árido sertão nordestino, também mortal, seja aqui no frio inverno curitibano, também mortal, tem parecido que pouco faz se é morte morrida ou matada.

3. A QUESTÃO DAS ARMAS DE FOGO NOS ÍNDICES¹⁰³ MORTAIS

Na questão emblemática dos homicídios à mão armada é preciso também observar, por razões talvez de ordem lógica causal, o fenômeno das armas de fogo, não apenas por ser o meio comumente mais utilizado¹⁰⁴ nestes tipos de crimes assassinatos, mas também pelo impacto causado pelo aparente “ineficiente” modelo estatal vigente acerca do controle e combate ao tráfico de armas.

Preliminarmente, uma ressalva não menos importante deve ser levantada no que se refere à superficial cognição ou jargão levantado “mais armas, conseqüentemente mais mortes”. Partir dessa premissa, a priori, induziria uma linha de raciocínio sumaria no sentido de pressupor que o quantitativo bélico estaria diretamente ligado às endêmicas taxas de assassinatos demonstrados no tópico anterior. Ainda que essa premissa seja sumariamente possível, não nos parece a mais completa ou verossímil à questão pois deve-se relevar e trazer a questão fundamental de quem ou porque está armado, ou porta tal objeto. Ou seja, para além do “mais armas, mais mortes, assassinatos, crimes” deve ser operada e visualizada a sociedade, o grupo de pessoas em determinada estrutura modal e, principalmente onde estão as falhas que os colocaram ou possibilitaram estar em condições de exclusão social, ociosidade, criminalidade.

Assim, parte-se antes, a priori, da observância preliminar do escopo social, da sociedade e das estruturas sociais e mazelas resultantes da desestrutura material geral. Esse fenômeno é ainda majorado quando contraposto aos padrões socialmente aceitos, do cidadão adequado ao sistema, pelo que causa uma dissonância que potencializa o desvirtuamento, confronto, desvios.

Também é salutar que estão onipresentes uma gama de dificuldades ou complexidades que envolvem qualquer possibilidade de explicação razoável deste

¹⁰³ Segundo o Mapa da violência: mortes por arma de fogo, o Estado de Alagoas lidera o ranking de óbitos por arma de fogo de 2010 (taxa de 55,3). Rio de Janeiro, São Paulo saíram das 1ª e 6ª, posições ocupadas em 2000 respectivamente com taxas de 47,0 e 28,7, para a 8ª e 24ª posições em 2010 registrando quedas de 43,8 e 67,5 percentuais. O Estado do Paraná encontra-se, em 2010, na sensível 7ª posição (com taxa de 26,4) com um crescimento de 94,8% uma vez que em 2000 ocupava a 14ª posição com 13,6. Vide tabela 3.3 da p. 20. WAISELFSZ, Julio Jacobo. Op. cit., p. 17-26.

¹⁰⁴ Na lista das 5 armas mais apreendidas com o crime (combinando tipo, marca e calibre) temos o Revólver Taurus .38 em primeiro lugar (no mesmo sentido aduz o Mapa da Violência. “Mortes Matadas por arma de fogo”). Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/armas-usadas-pelo-crime/>>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

tema em voga, da complexidade do homicídio, pois, antes de pressupor plausíveis indagações a despeito das armas e mortes, estamos como pesquisador preliminar a tratar ou definir um padrão que, em se tratando de pessoa humana, é de fato quase impossível pela intrínseca subjetividade e dificuldade cognoscível que cada qual tem para si, ou seja, do dolo.

Pois bem, em que pese essa certa ressalva, a oportunidade de trabalhar com indícios empíricos aceitáveis permite inferir que em grande parte dos países “considerados desenvolvidos”, ou, que numa perspectiva formal possuam elevado Índice de Desenvolvimento Humano, observamos, ainda que não raro, possuidores de um vasto arsenal bélico, índices muito menores de homicídios se compararmos com o nosso país. Nesse sentido, passando longe do mortal índice brasileiro, países como Estados Unidos, Finlândia, Suíça, França, Canadá, Suécia e Alemanha entre outros¹⁰⁵, tem o escopo comum de apresentarem elevado arsenal de armas de fogo, o que não implica hiperbólicos índices de assassinatos à mão armada tais como os daqui.

Deste modo, sumariamente, mas é possível pressupor que a premissa “mais armas” pode não significar diretamente “mais mortes”. Nesse sentido, ao intérprete dos dados, é cognoscível abordar nuances além de tudo estruturais e sociológicas de uma dada localidade de pessoas. Nuances outras, não menos relevantes como desigualdade, analfabetismo, má distribuição de renda, enfim, para além de indicarem perspectivas de menor IDH de um local podem implicar, quando combinado a criminalidade por vezes arraigada a desestabilização estrutural material, maior criminalidade que dadas condições de facilidade no acesso às armas, indubitavelmente denunciarão maior índice de mortes.

Malgrado neste sentido é observável que nas regiões Norte (Pará, Amapá, Amazonas), Nordeste (Alagoas, Maranhão, Ceará, Bahia e Paraíba), via de regra,

¹⁰⁵ Small Arms Survey 2007. **Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais/ Graduate Institute of International Studies**. 47 Avenue Blanc. Genebra. Suíça. Setembro de 2007. p. 1.202.

foram historicamente registrados menores índices de desenvolvimento humano¹⁰⁶ no país e, “curiosamente”, os respectivos majorados índices de óbitos por arma de fogo¹⁰⁷.

Nesse sentido, é possível ao menos pressupor, novamente, que a questão básica e fundamental da segurança pública brasileira não se dá através da mera instrumentalização das instâncias formais pré-estabelecidas cujo deleite frontal é a polícia, mas questões de desenvolvimento do homem, de possibilidades de condições, de base na formação da pessoa cidadão. A despeito desse ponto, parece-me ser essa a abordagem empírica mais saudável para a leitura clínica e prévia da doença “homicídio à mão armada” objeto da pesquisa.

3.1 – FACILIDADE NO ACESSO ÀS ARMAS DE FOGO NO BRASIL

O Brasil possui números expressivos no tocante as armas de fogo. Além de possuir um arsenal de aproximadamente 18 milhões de armas de fogo, é líder no ranking dos países com o maior número de assassinatos envolvendo armas de fogo no mundo. Na práxis, estamos vergonhosamente à frente de muitos países que estão em guerra civil há anos. Para se ter uma ideia sumária do impacto que representam tais números, aqui mais de cem (100) pessoas são mortas por arma de fogo todos os dias¹⁰⁸, pense! Sem contar com os feridos, enfermos, inativos, entre outros que passam por tratamento de saúde após o fato. Atrelada à questão da segurança pública está a econômica pelo impacto ao próprio SUS nesse sentido, ainda que numa abordagem transversal.

A questão do desenvolvimento com as armas é de ordem. Nos últimos 30

¹⁰⁶ Segundo pesquisas do Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH), em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como a base de dados extraídos nos Censos Demográficos de 1991, 2000, e 2010, foi possível aferir mais de 200 indicadores demográficos, educacionais, de renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). Pois bem, desta amostragem empírica, registrou-se que apenas 3 dos 100 municípios brasileiros com maior IDH em 2010, são da região nordeste - Fernando de Noronha (PE); Vila Velha (ES); e Vitória (BA) -, e nenhum da região norte. E mais, segundo ranking de IDH por Estados brasileiros, Alagoas, Maranhão, e Pará apresentam as três últimas posições nacionais. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

¹⁰⁷ WASELFSZ, Julio Jacobo. Op. cit., p. 12-36.

¹⁰⁸ Considerando as 38.892 mortes registradas por arma de fogo em 2010, resulta numa taxa de 106 mortes por dia. Ibidem, p. 9.

anos (1980 a 2010), considerando os dados oficiais, mais de 800 mil cidadãos morreram por algum tipo de arma de fogo. Adotando uma perspectiva proporcional ou qualitativa acerca destes trágicos dados, ou seja, considerando os dados não oficiais é plausível pressupor a morte de mais de um milhão de pessoas nas últimas três décadas isso me referindo apenas às mortes por armas de fogo.

Segundo o recente mapa da violência, “mortes por arma de fogo” têm sido também crescente índice de mortalidade específica em comento (homicídios à mão armada) principalmente na sua premissa endêmica urbana¹⁰⁹, sendo elucidativo neste sentido o comparativo, em 30 anos, que indica um crescimento real e objetivo de aproximadamente 346,5% na mortalidade por arma de fogo no país (para fins qualitativos vale a lembrança que no mesmo período a população brasileira cresceu apenas 60,3%).

Outra questão a ser aventada diz respeito à circulação das armas (principalmente as de porte), a posse ilegal, sua comercialização irregular, o tráfico de armas, e ineficácia material da Lei 10.826/03 “estatuto do desarmamento”¹¹⁰. O país tem enfrentado graves problemas interno no que se refere ao controle de armas de fogo, pois no que tange a procedência ou origem destes artefatos bélicos, a contrário senso, segundo dados do mapeamento do comércio e tráfico ilegal de armas no Brasil, mais de 90% delas são nacionais¹¹¹ (de um total circulante estimando de 16 a 18 milhões¹¹²).

Deste modo, abre-se a questão do tráfico de armas e a suposta ineficácia da

¹⁰⁹ Idem, p. 10 et seq.

¹¹⁰ A Lei 10.826/03 dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm - define ainda crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm>. Acesso em: 21 de abril de 2015.

¹¹¹ Essa é uma das conclusões da CPI das Armas de 2011. A comissão fez uma profunda pesquisa sobre o tráfico de armas no Brasil, sendo um dos idealizadores o sociólogo Antonio Rangel Bandeira, diretor da ONG viva rio. Da investigação, resultaram informações que indicaram não apenas a existência de um arsenal no país de quase 18 milhões de armas, mas de parcela majoritária desse quantitativo não estava regular ou dentro das normas pertinentes a respeito da posse e porte de armamentos. Nada obstante, concluiu ainda que menos de 10% delas são estrangeiras. (...), assim um descontrole de arsenal interno, nacional. E mais, a CPI revelou também que o Revólver calibre .38 é a arma mais utilizada nos homicídios à mão armada. Tudo está disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=41474>. Acesso em: 21 de março de 2015.

¹¹² “Das quais 7,5 e 8,4 milhões estão dentro da regularidade ou da legalidade, e, entre 7,6 e 10,7 milhões encontram-se na situação ilegal ou irregularmente circulando em território nacional”. **Mapeamento do comércio e tráfico ilegal de armas no Brasil**. Oscip viva comunidade. Apoio: Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em conjunto com o Ministério da Justiça. Rio de Janeiro Setembro de 2010. p. 8.

gerência de um arsenal aproximado de 10 milhões de armas ilegais ou irregulares. Trata-se de um problema eminentemente interno como visto acima, o que diretamente colocam em xeque a gestão tanto dos organismos públicos responsáveis pela logística, controle e transporte (basicamente o Exército e a Polícia Federal) bem como as pessoas jurídicas de direito privado que comercializam tais artefatos (tais como as empresas Taurus, Imbel, Rossi etc.)¹¹³.

Há, nesse sentido não poucos questionamentos acerca da gestão pública nesse ponto, vez que o controle das armas é privativo do governo que não raro é marcado historicamente pela práxis dos desvios de função, corrupção de agentes públicos, precariedade de segurança no transporte de artifícios bélicos, bem como demais falhas na fiscalização nos setores privados de vendas e comercialização de armas.

Diante deste real problema, tivemos pelo menos duas Comissões Parlamentares¹¹⁴ que confirmaram esses problemas supracitados indicando sérias falhas na fiscalização pública e que, principalmente, em 68% das vendas realizadas pelas lojas privadas são irregulares (no sentido do não cumprimento das normas do Estatuto do Desarmamento). Assim, temos esses pontos que negativamente influenciam no aumento da criminalidade, no majoramento dos homicídios em razão das armas, principalmente o revólver .38, serem os meios (artefato) mais comumente utilizados para os assassinatos no país.

3.2 – GERENCIAMENTO DE ARMAS E PERSPECTIVAS DO ESTATUTO

Atualmente, no Brasil, há dois bancos de dados sobre armamento, são eles: i)

¹¹³ Pesquisas sobre as armas de fogo mais usadas no crime indicam que a empresa gaúcha Taurus detém praticamente o monopólio do mercado de armas no Brasil. Nada obstante, ela também detém o ranking de armas apreendidas com os criminosos (cerca de 61% do total são da marca Taurus, sendo em 30,2% o Revolver .38; e 11,7% Pistola .40). A pesquisa também indica que nos homicídios em mais de 96% dos crimes são utilizadas armas curtas “*portátil*”, basicamente pistolas e revólveres. E finalmente, no que tange ao tráfico de armas, sua origem, temos a imensa maioria (78%) de fabricação nacional (60,7% da marca Taurus; e 12,9% da marca Rossi). Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/armas-usadas-pelo-crime/>>. Acesso em: 7 de maio de 2015.

¹¹⁴ Em 2006 tivemos, a nível nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Armas cujo relatório final evidenciou, assim como demonstrado na CPI das Armas de 2011 pela Assembleia do Rio de Janeiro, uma radiografia preocupante indicando falhas de comunicação entre as instituições responsáveis pelo setor evidenciado pelo controle inadequado dos paióis oficiais bem como significativas falhas na fiscalização do armamento em poder privado principalmente no sentido de comercialização ilegal de armas de porte (pistola, revólveres, entre outros).

o SIGMA¹¹⁵, do exército brasileiro, responsável pelo controle de armas de uso restrito das forças armadas, militares, colecionadores, atiradores e caçadores; ii) e o SINARM¹¹⁶, da polícia federal que pelo estatuto do desarmamento é responsável pelo controle e emissão do porte de armas nas mãos da população civil e de empresas de segurança privada.

Em linhas gerais ambos os sistemas possuem o banco de dados completo das armas com registro e histórico desde o “nascimento” até a “morte” (assim denominada desmilitarização ou destruição na forma legal da arma). Neste sentido, pelo menos em tese, haveria, *a priori*, uma plena identificação e possibilidade de controle de todas as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas em território nacional, bem como especialmente os dados de seu proprietário, tudo em conformidade ao vigente estatuto¹¹⁷, perspectiva essa que facilitaria a identificação investigativa do suposto autor do eventual disparo letal.

No entanto não é essa a realidade nacional. Segundo pesquisa de dados do próprio Senasp, em conjunto com o Pronasci¹¹⁸, realizadas em conjunto com vários órgãos públicos e privados (por equipes de ex-policiais, especialistas civis da ONG Viva Rio e o apoio da Polícia Federal e do Exército Brasileiro), foi possível estimar que mais da metade do quantitativo de armas no Brasil, além de irregulares, estão, em grande parte, concentradas em mãos da sociedade civil, criminal, operadores do tráfico de drogas, armas, pessoas integrantes de grupos de extermínio, milícias, entre outros.

Vale registrar que toda essa problemática ou descontrole de armas e respectivamente de dados acerca dos proprietários repercutem diretamente nas baixas taxas de elucidação de homicídios por vários e evidentes motivos, dos quais eu destaco também a consequente impossibilidade de identificação balística e possível cruzamento desta com o proprietário, suspeito do suposto assassinato.

Diante do endêmico problema em nosso país, como era de se esperar na lógica beligerante legislativa brasileira, foi aprovado e sancionado em dezembro de 2003 o diploma legal mais comumente conhecido como “estatuto do

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.dfpc.eb.mil.br/>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/servicos/armas/armas>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

¹¹⁷ BRITO, Alexis Augusto Couto de. **O Estatuto do Desarmamento: Lei 10.826/2003**. 1.ed.São Paulo: RCS Editora, 2005, p.35.

¹¹⁸ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. SENASP. **Estoques e controle de armas no Brasil**. Modulo 2. Brasília. Ministério da Justiça. p, 4.

desarmamento.¹¹⁹ Pois bem, na ótica do legislador, ao enrijecer, restringir e definir crimes de posse irregular, comercialização ilegal de armas de fogo e munições, entre outras providências, o panorama da violência armada tomaria outros rumos reduzindo assim a onda de criminalidade que até então vitimara a sociedade brasileira. Mas as coisas não caminharam nesse sentido, conforme apontam os índices de assassinatos à mão armada.

Mais uma vez, andou mal o legislador. Como de praxe, entre o caráter eminentemente retributivo (em se tratando de legislação, é adotado formal e materialmente reproduzido por toda a sociedade), e ressocializador (quando muito, é adotado apenas formalmente) existe e persiste a nem sempre efetiva ideia de prevenção geral ou da coação psicológica da pena. Em que pese exceções positivas em razão da divulgação da pena, em geral, o próprio delito de homicídio está aí para nos provar, esse efeito não tem repercutido supostamente no sentido de coagir a conduta criminalizada pela norma. O estatuto está aí para nos responder através dos dados supramencionados acerca da beligerância armamentista em que se encontra o país.

Efetivamente em vigor há mais de uma década, através do enrijecimento na aquisição e óbice para o porte, o estatuto não obteve êxito no ponto principal que seria a incidência legal as pessoas efetivamente autoras dos crimes. Pelo contrário, grande parte das entregas de armas adveio de cidadãos cuja posse ou porte, em muito se dava em razão da falsa sensação de segurança e de auto-proteção diante da onda de insegurança, violência, medo, ou ainda por não acreditar nas instituições.¹²⁰

Passados anos iniciais da vigência do referido diploma normativo (anos de 2004 e 2005), os dados empíricos demonstram que, após ligeira queda nas taxas de mortalidade por arma de fogo, os índices novamente retomaram a escalada, principalmente no tocante ao percentual de participação dos homicídios por arma de

¹¹⁹ Lei nº 10.826/03. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm>. Acesso em: 30 abril de 2015.

¹²⁰ A questão do estatuto do desarmamento é polêmica e candente na contemporaneidade não apenas brasileira, mas também em países reconhecidamente liberais no que tange ao acesso às armas como os EUA. Enfim, há vozes e argumentações em ambos sentidos, seja pela sua manutenção ainda que possua todas as críticas de sua efetivação na diminuição dos crimes, seja pela sua revogação, neste sentido aliás tramita na câmara um projeto para debater o seu fim. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/camara-instala-comissao-para-debater-fim-do-estatuto-do-desarmamento.html>>. Acesso em: 02 de maio de 2015.

fogo no total de óbitos por arma de fogo no Brasil.¹²¹

3.3 – DIANTE DA INSEGURANÇA E IMPUNIDADE “ANDAR ARMADO” É MAIS SEGURO?

É cada vez mais preocupante e aparente em nós a sensação de insegurança. Os dados estão aí para nos fazer refletir sobre, valendo trazer essas indagações à tona sobre hipóteses, comportamentos e possibilidades de aumentar a nossa própria segurança. Para fins de contextualizar o tema, é cediço e candente em nós que o número real de assassinatos no país é ainda bem maior que os números oficiais, havendo pesquisas muitas indicando que milhares de homicídios (mais de 64,7 mil por ano) são cometidos considerando o pouco lapso temporal de 365 dias por ano.¹²² Isso dá uma média de mais de 180 mortes dia, não restando dúvidas sobre a relevância da questão não apenas no tocante ao consequente medo onipresente que passamos, mas também da correlata sensação de insegurança urbana na medida em que pouco se investiga, pouco são os casos com efetiva elucidação de autoria.

Diante de todo esse panorama, o país vem liderando o ranking de estado com maior índice em números absolutos de homicídios no globo. Aqui, vige a ideia de que cada caso (homicídio) vira praticamente uma declaração de óbito, com sorte um inquérito policial e, se tiver muita, mas muita sorte, uma resposta esperada do Estado (tendo em vista que cerca de 90% dos casos não há elucidação e condenação). Assim, vige aqui não a regra, mas a exceção do arquivamento por falta de lastro probatório (indícios de autoria principalmente, dados já aventados no capítulo 2) ou apenas a mera contagem de corpos.

Enfim, feita mais essa radiografia do fenômeno, várias são as leituras possíveis destes números, indicativos, dentre as quais podemos lecionar à máxima “de que tudo aqui vira apenas estatística”, ou, ainda “vigência de um mal estar de arquivo”¹²³, enfim, todas inferências apontando para um possível descaso diante do bem jurídico mais fundamental de todos, a vida.

¹²¹ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: Mortes por arma de fogo**. CEBELA. p. 15.

¹²² Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-numero-absoluto-de-homicidios-do-mundo,1604827>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

¹²³ SÁ, PRISCILLA PLACHA. **Mal-estar de Arquivo: As polícias como Arquivistas do Soberano**. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 32-56.

A epidemia praticamente vira a regra, ganha destaque nos mais variados meios de comunicação geral, nos jornais principalmente, onde por vezes vige a perspectiva da “datificação” sem qualquer aprofundamento de fato, anterior ou social relevante no tocante ao complexo crime morte. Vige o próprio reflexo do direito penal do autor, pois afinal é garantia de ibope, do lucro, do bom negócio, talvez seja isso tudo uma das facetas do capitalismo na sua forma mais selvagem.

Nesse jogo de intenções, antes de tudo arraigadas nas questões econômicas e políticas, ressurge, não raro, a perspectiva de fazer justiça com as próprias mãos ou ainda mais comum à busca por meios de se garantir a própria segurança, a aquisição de armamento.

Diante dessa complexidade, da baixíssima qualidade de diagnósticos e esclarecimentos destes crimes, a população assim tem aventado possibilidades de se armar e assim “falsamente” transmitir uma sensação de segurança própria ou de seus pares próximos. Diante disso, abre-se então a questão sobre a efetividade real de se andar armado, será que é mais seguro?

Pois bem, uma primeira e possível análise a ser feita sobre a efetividade dessa relação (que traz a questão das armas, da segurança, e das mortes) devem partir da premissa básica e lógica vejamos. Hipoteticamente pensemos duas situações fáticas possíveis a respeito, quais sejam, uma situação “A” onde há duas ou mais pessoas em situação de conflito iminente, uma discussão, uma briga, um assalto, enfim, mas todas desarmadas. E comparativamente uma situação hipotética “B”, na mesma situação fática conflitiva, mas agora partindo do pressuposto de que todos os atores, ofensor e ofendido, estão armados.

Vistas hipóteses, nesse sentido ou naquele, por mais insipiente e criticável jargão popular “armas (objetos) não matam pessoas, mas sim pessoas matam pessoas”, as razões lógicas e empíricas por si próprias demonstram que de fato os índices de mortalidade por arma de fogo são muito maiores quando os atores estão armados, dadas as letais possibilidades de reação, da emblemática sensação de poder que o porte possibilita num dado conflito.

Nesse sentido, com base em dados empíricos, o especialista em criminologia Steven Barkan, no livro *Criminology – a sociological understanding* “*criminologia, um*

*entendimento sociológico*¹²⁴, cita um estudo realizado em 1993 que confirma essa inferência. Ele acompanhou os incidentes letais em famílias similares em vários aspectos, exceto no que diz respeito à posse de armas de fogo. Comparando residências com armas e sem armas na mesma vizinhança e formando pares por idade, sexo e raça dos moradores, ele concluiu que as casas com armas tinham 2,7 vezes mais probabilidade do que as outras de ter um morador assassinado – normalmente, por um membro da família ou conhecido. Essa relação mostrou-se ainda mais pertinente quando foram inseridos os dados sobre uso de álcool e drogas e o histórico de violência doméstica nas casas.

Quando os atores estão armados, a incidência de mortes é majorada. Há um sem número de casos onde o cidadão está armado, vislumbrando nesse sentido afastar a sensação de insegurança urbana, mas diante de um assalto, ou desfecho criminal, não raro acaba reagindo, pensando em reverter o assalto, mas que na troca tiros advém a morte¹²⁵.

Ainda sobre as aventáveis possibilidades, as autoridades diretamente envolvidas na segurança pública e demais órgãos policiais orientam com base nisso o apelo de não reagir a um evento criminal, pois há maior probabilidade de um resultado violento, ou até mesmo morte.

Essas foram as leituras possíveis sobre a questão das armas e dos homicídios, e que exigem ainda outras possibilidades algumas já aventadas para em conjunto atuarem na agenda política de diminuição dos índices de violência. Dentre elas, a própria questão de cunho mais preventivo social, considerando o ônus das políticas repressivas pelos resultados já colocados que em regra não tem dado conta da situação hoje endêmica. Essa é uma possibilidade de melhor orientação política antes de tudo públicas fundamentais e não meramente apenas de segurança pública.

¹²⁴ Disponível em: <<http://www.super.abril.com.br/tecnologia/armas-442832.shtml>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/05/aumentar-circulacao-de-armas-no-brasil-provocara-ainda-mais-mortes-diz-unesco>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

4. GRUPOS CRIMINOSOS EM SENTIDO AMPLO

Embora difícil seja mensurar um percentual quantitativo preciso em números fidedignos sobre o impacto das organizações, associações, e constituições de milícias privadas¹²⁶ (espécies do gênero “grupos criminais”) na elevação dos índices de homicídios no país, não há dúvidas sobre sua incidência significativa no aumento dos índices de mortes no país e até mesmo na ineficácia investigativa pela própria questão da corrupção de agentes e envolvimento nos grupos, não raro na formação de milícias. Nesse sentido, o interesse em se trabalhar essa questão das “máfias à brasileira”.

Integram o objeto destes grupos, embora possuam diferenças estruturais de constituição, desde motivações de poder de controle a qualquer custo, de forma absoluto, pouco importando o valor da vida humana. A despeito do poder, da corrupção, vale trazer aqui a leitura do historiador e político britânico John Emerich Edward Dalberg Acton, mais conhecido como o Lord Acton, autor da famosa frase *“El poder tiende a corromper y el poder absoluto corrompe absolutamente.”*¹²⁷

Além do poder e da corrupção como reflexo, integram estes grupos, também, a penalização na forma de queima de arquivo, ou melhor, de pessoas, pela menor possibilidade de risco (através de um simples testemunho, por exemplo e como já debatido nas páginas anteriores) que por ventura estas possam oferecer a aliança criminosa.

Sumariamente, é possível dizer que organizações criminosas são empresas criminais, diferenciando-se das demais espécies pela estruturação ordenada, pela perspectiva de divisões de tarefas e competências bem definidas entre os integrantes. Não raro apresentam significativa estruturação e até mesmo grau de

¹²⁶ O entendimento do artigo 288 – A, do Código Penal, pressupõe a figura da constituição de milícia privada como gênero, e organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão da “morte” como espécies. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2015.

¹²⁷ O “Lord” Acton (1834 – 1902), foi um intelectual de grande projeção no fim do século XIX. Famoso por sua erudição e por ter encabeçado grandes projetos historiográficos, em que pese as controvérsias por nunca ter escrito um livro. Ainda sim é geralmente lembrado por ter sido um dos mais importantes pensadores liberais católicos britânicos. Sem dúvida ele deixou uma vasta bibliografia composta, sobretudo, por artigos nas revistas que editou, Home and Foreign Review e The Rambler, além da English Historical Review. Conteúdo das aulas de Filosofia do Direito, ministrada pelo Professor Serbena no segundo semestre de 2013. Para mais, veja: MALERBA, Jurandir. Lord Acton. **Lições de História: O caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

hierarquia entre seus próprios componentes humanos, tudo com o escopo fim não apenas “lucrativo”, mas também no sentido amplo para almejar vantagem de qualquer natureza. Assim atuam, mediante a prática de infrações penais pelas formas criminais mais lucrativas tais como o próprio tráfico de drogas, de órgãos, pessoas, e “armas”, os quais inevitavelmente envolvem outros, correlatos, dentre eles o próprio tráfico de influência, a corrupção de agentes públicos, as formas estruturais da constituição de milícias como veremos mais a diante. Tudo isso forma uma complexidade incidente no objeto da presente pesquisa.

Os diplomas legais, no anseio deliberado da prevenção geral, e esclarecendo as normas vêm à doutrina penal, tem indicado aquelas formas criminais como espécies de “grupos criminosos, em sentido amplo”. Assim, temos as formas ou espécies criminais “organização criminosa”, “associação criminosa”, “constituição de milícia privada” e “esquadrões da morte”, as quais possuem em comum a autonomia em relação aos crimes praticados, ao homicídio por exemplo. Ou seja, nessas figuras independe a prática efetiva de delitos pela empresa, associação ou constituição criminal sendo considerada consumada no momento em que se aperfeiçoa a convergência de vontades entre os agentes para a constituição, a organização, integração, manutenção ou até mesmo o custeio do empreendimento criminal.¹²⁸

Pormenorizando-as, temos preliminarmente a Lei 12.850/13 definindo as “organizações criminosas”, indicando regras de conteúdo material e secundariamente as infrações penais pertinentes, bem como conteúdos de ordem processual, dispondo a lei desde métodos atinentes à fase de investigação criminal, os meios de obtenção da prova e tanto outros¹²⁹ procedimentos criminais especiais como a figura da colaboração premiada. Ainda no aspecto normativo, essa recente Lei trouxe elementares diferenciadoras de outras espécies de grupos ou associações criminais, de modo que é considerada organização criminosa, nos termos do primeiro artigo da citada Lei, a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas,

¹²⁸ CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: parte especial** (arts. 121 ao 361). 6º ed. rev. et. atual. Editora Juzpodivm. 2014. P. 656-659.

¹²⁹ É possível listar vários institutos diferenciados trazidos pela lei 12.850/13, tais como a possibilidade do flagrante retardado (ou ação controlada), bem como a permissão para instauração de investigação de ofício pelo juiz. Congruente a perspectiva de enrijecimento penal do referido diploma, temos a recente e correlata expectativa legal trazida pela Lei 12.694 de 2012 com dispositivos normativos dispondo sobre o processo e o julgamento dessas organizações por órgãos colegiados ainda em sede de primeiro grau de jurisdição.

com estruturação ordenada e divisões de tarefas, que objetivam (elemento subjetivo diverso do dolo) vantagem de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais (crimes e contravenções)¹³⁰.

Um passo a mais, na sequência introdutória sobre as espécies do grupo criminoso, temos a figura da “associação criminosa”, elencada no artigo 288 do Código Penal¹³¹, como sendo a associação de 3 (três) ou mais pessoas para o fim específico de cometimento de crimes. Nesta espécie delitiva, o que sobressai, além da questão do número diferenciado de integrantes (3 ou mais), é o escopo da “estabilidade do grupo de pessoas”. Aqui, interessa o fator de integração do grupo como algo a mais na perspectiva do elemento subjetivo diverso do dolo. Algo a mais que um mero encontro eventual, ou único, para o cometimento de crimes.

Finalmente, temos ainda a figura da “constituição de milícia privada”, descrita no artigo 288 – A do Código Penal¹³². Esta espécie, ainda passível de controversa no plano teórico¹³³, se subdivide em três subespécies são elas, “organização paramilitar”, enquanto grupo criminal que se vale de meios e métodos militares para o fim de praticar crimes, “milícia particular”, enquanto grupo criminal que, sob pretexto de prestação de serviços de segurança a população local, se vale de meios e métodos para praticar crimes, e “grupos ou esquadrões”, enquanto grupo criminal que atua na execuções sumárias de pessoas sob pretexto de limpeza social,

¹³⁰ Assim dispõe a definição em seu artigo 1º, “§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

¹³¹ Diz o Código Penal, “Associação Criminosa (...) Art. 288: Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: Pena: reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos”. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF.

¹³² Assim está descrito no Código Penal: “**Constituição de milícia privada (...) Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.**” Ibidem.

¹³³ No plano teórico, doutrinário, o que não acontece no plano prático, principalmente onde o Estado é ausente. As milícias atuam, em regra, especificamente nesses locais marginalizados, favelas em geral são os maiores exemplos noticiados. Basicamente, nessas comunidades os milicianos (não raro formados por agentes policiais) controlam tudo, desde o comércio local a vista grossa perante crimes, aceitando em troca da falsa sensação de segurança todo e qualquer tipo de vantagem, até “galinhas” como moeda de troca. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/10/escutas-mostram-grupo-de-pms-recebendo-ate-galinhas-como-propina.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2015.

intitulados subversivos, usuários, traficantes, delinquentes¹³⁴.

Para fechar esse ponto inicial do presente capítulo, mais adiante iremos nos debruçar pontualmente sobre o impacto destes grupos criminais no aumento dos índices de homicídios, vale trazer aqui, antes, sem ainda aprofundar o tema, a figura dos “autos de resistência seguindo de morte” como meio de execuções sumárias, extrajudiciais.¹³⁵

Essas são as leituras iniciais sobre alguns grupos criminais também endêmicos no país, cujas atuações repercutem na majoração dos números de mortes, cuja atuação também causa diminuição na efetivação das investigações, principalmente através das principais “armas” utilizadas para tanto, quais seja, o revólver e a corrupção.

4.1 – DIREITO COMPARADO: DA LEI SECA À MÁFIA ITALIANA, REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE GRUPOS CRIMINOSOS

Muito se discute sobre os primórdios ou origem das organizações criminosas, são várias as versões históricas, algumas aludem a movimentos migratórios dos sicilianos¹³⁶, outros a própria criação normativa. Uma das versões possíveis remonta a Itália da década de 80, da década da “Máfia”. Tomando por base inicial essa perspectiva histórica, há relatos, não poucos, de que nessa época o país europeu viu-se entrincheirado no combate aos principais grupos mafiosos (desde a “Cosa Nostra” na Sicília, a “Camorra” em Nápoles, até a “Di’ndrangueta” na Calábria), entre outros¹³⁷ grupos voltados para o que se tinha por crime à época, tanto para aferimento ilícito de lucro, quanto para silenciar qualquer obstáculo ou testemunho

¹³⁴ BICUDO, Hélio Pereira. **Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. 3ª ed. rev. Pontifícia comissão de justiça e paz de São Paulo. Novembro de 1976. 279, p.

¹³⁵ Para mais, veja o relatório da anistia internacional elaborado neste ano de 2015. Ele elucida, através de relatos de casos reais, a existência de vários homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. **Você Matou meu Filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro**. Anistia internacional. – Rio de Janeiro: Anistia internacional, 2015.

¹³⁶ Conforme Salvatore Lupo, nas duas primeiras décadas do século 20, chegaram à América do Norte mais de 800.000 sicilianos provenientes da Itália. LUPO, Salvatore. **História da Máfia – Das origens aos nossos dias**. São Paulo: UNESP, 2002, p. 166.

¹³⁷ FALCONE, Giovanni. **Cosas de la Cosa Nostra**. Barcelona: Ediciones Barataria, 2006. p, 27.

contrário às pretensões criminais vantajosas.¹³⁸

Não queremos comparar, deixe-se claro aqui, a Máfia Italiana com grupos criminosos tais como o Primeiro Comando da Capital, pois cada um apresenta especificidades próprias aos contextos locais de cada país, mas queremos evidenciar aspectos criminais de grupos que aqui ou lá influem no aumento de mortes “matadas” há um considerável tempo.

Lá na Itália, a política criminal, por meio de seu legislativo, buscou inicialmente combatê-las pela perspectiva preventiva geral mais aberta. Nesse escopo, a dogmática normativa, através do “*Código Penale Italiano*” adotou uma tipicidade no sentido descritivo da ideia ou do que se tinha a época como Máfia, vigendo a criminalização conforme o tipo descritivo do respectivo Código¹³⁹.

Desse modo, ainda na década de 80, a tipologia da “organização criminosa” surgiu, antes de tudo na própria observância da Máfia, de como essa operava, sendo essa estruturação normatizada como a própria forma de funcionamento do grupo. Ou seja, o tipo era o próprio escopo estruturalizado e de forma “empresarial”, digamos assim, voltado para o lucro por meio de crimes. Na Itália, o código penal italiano tipificou a organização como “*delitto di Associazione di tipo Mafioso*”, em seu Livro II, Título V, no capítulo dos crimes “*contra a ordem pública*”, em seu artigo 416 bis.

Essa foi à perspectiva adotada no combate à “*máfia*”, que trouxe também pertinências processuais criminais tais como a competência judicial de um órgão colegiado em primeira instância para julgar tais crimes.

Aqui, no sentido de buscarmos alguma aproximação daquela política criminal adotada na Europa, vale a possível leitura da intenção legislativa e, novamente, o apego à prevenção geral. Também importa observação de algumas regras processuais daqueles tipos mafiosos que décadas depois foram implementadas aqui

¹³⁸ Referindo-me ao contexto da década de 80, da Operação Mãos Limpas ou Mani pulite e demais investigações judiciais que aforavam nesse período de combate e esclarecimentos de casos de corrupção envolvendo Bancos, a Maçonaria e a Máfia Italiana. Conteúdo colhido nas aulas da tópica “legislação penal especial”, ministrada pelo professor Dr. Sérgio Fernando Moro, realizada no segundo semestre de 2014, na Universidade Federal do Paraná. Curso de Direito (UFPR).

¹³⁹ TAVARES, Juarez. **Liberdade e Pessoa: crítica ao direito penal**. Legislação estrangeira. Itália, código penal italiano. Art. 416 bis - Associazione di tipo mafioso. [...]. Disponível em: <<http://www.juareztavares.com/textos/codigoitaliano.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

no Brasil nas leis 12.850, e principalmente na 12.649/12¹⁴⁰ que dispõe sobre os julgamentos de primeira instância sobre os crimes praticados pelas organizações criminosas. Essa lei em especial tem naquela raiz normativa de combate à Máfia, a forma anunciada atualmente pelo legislador nacional para o combate às Organizações Criminosas nacionais, “Máfias à brasileira”.

Na leitura comparada do direito, interessa também trazer à pesquisa um pouco do contexto político criminal norte americano no combate ao crime organizado, especialmente em sua origem, em meados da década de 20, como fruto de política criminalizadora principalmente do contrabando e comércio ilegal de bebidas alcoólicas¹⁴¹. Foi o período da chamada “Lei Seca”, um dos claros exemplos históricos da ineficácia coercitiva da norma, da ineficiência da prevenção geral normativa. A proibição fomentou indiretamente a criação de toda uma estruturação para burlar o alcance legal, e o resultado foi à criação de várias organizações criminosas que no passar dos anos se especializaram, se estruturaram e deram início as primárias formas de empresas criminais com o fim de contrabandear bebidas alcoólicas, e toda uma série serviços e comércios ilegais. Aqui o contexto do então “mercado negro”, e toda a estruturação do tráfico geral. Essa perspectiva normativa proibitiva perdurou até 1933, quando finda a política criminal da “lei seca”, medida essa tomada como pressuposto do próprio combate dos grupos criminais iniciados por aquela proibição normativa¹⁴².

Igualmente, o que interessa na leitura do contexto norte-americano é a própria mudança na perspectiva de combate ao crime organizado. Uma guinada expressiva da política criminal que, diante da iniciação da criminalidade pela proibição normativa, buscou a legalização como tentativa mais efetiva no combate ao crime, assim, antes de tudo a legalização como uma ação de paz.

Tomando por base àquela estruturação criminosa na forma Italiana, e essa

¹⁴⁰ Essa lei definiu, em seu artigo 1º, caput, competência de um órgão colegiado em primeira instância para julgar tais crimes. “Art. 1º, caput, [...] Em processos ou procedimentos que tenham por objeto crimes praticados por organizações criminosas, o juiz poderá decidir pela formação de colegiado para a prática de qualquer ato processual [...]” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12694.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

¹⁴¹ A Emenda Constitucional n.º 18, de janeiro de 1919, proibiu a fabricação, a venda e o transporte de bebidas intoxicantes (assim consideradas as que contivessem mais de 0,5% de teor alcoólico), exceto as com comprovada finalidade medicinal. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16111-16112-1-PB.pdf>>. p. 7. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

¹⁴² LE MONDE, Diplomatic Brasil. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/print.php?tipo=ar&id=1575>>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

última forma norte-americana, são possíveis algumas leituras no sentido de refletir o crime na forma de grupos criminosos, suas raízes, os posicionamentos políticos criminais adotados no enfrentamento por aqueles países, bem como uma leitura comparada ao contexto brasileiro de grupos criminais.

Assim, uma primeira análise possível diz respeito à tipificação normativa italiana, que seguiu um viés muito mais descritivo e amplo do que se tinha por “Máfia”. Buscou-se normatizar proibitivamente a estrutura geral do grupo criminal, sem, no entanto, aqui um detalhe, “etiquetar” ou dar “nomes” aos grupos, que eram muitos e diversos à época. De modo diverso, e entrando na perspectiva brasileira, é cediço o apego ao formalismo normativo no sentido de buscar o detalhamento na tipificação, nomeando uma infinidade de grupos, desde associação criminosa a organizações criminosas, de milícias privadas a grupos paramilitares, entre outros.

Já pelo lado norte-americano, diversamente da descrição estrutural da Cosa Nostra italiana¹⁴³, houve uma tipificação baseada nos atos criminais em concreto ocorridos com maior frequência, buscou-se criminalizar padrões em comum dos grupos criminais atuantes, numa perspectiva própria do sistema *common law* baseada nos precedentes. No caso norte-americano, é possível dizer que se adotou tanto uma perspectiva ampliativa punitiva¹⁴⁴, pela possibilidade de criminalizar qualquer “organização criminal” com base nos costumes taxados como ilegais por algum tempo razoável, bem como uma útil adoção pela política criminal no sentido de não mais criminalizar a conduta do “tráfico de bebidas.” Foram possíveis medidas de combate ao crime organizado.

Em comum, quais reflexões seriam possíveis? Talvez a origem siciliana (lembrando a migração da Itália para os Estados Unidos no início do século passado)¹⁴⁵, ou ainda a potencialização da criminalização normativa (Lei seca) ou fracasso da prevenção geral positiva. De qualquer forma, após algum tempo o fenômeno social dos “grupos criminosos modernos”, foi sendo internacionalizado na medida em que nas décadas subsequentes surgiram os fenômenos da globalização,

¹⁴³ FALCONE, Giovanni, op. cit., p 36 et seq.

¹⁴⁴ Aqui, interessa não o tipo, que aliás não existe, mas referencia ao padrão evidenciado e elencado na R.I.C.O Law, e toda a perspectiva do sistema judicial do *Common Law* e pertinência dos precedentes judiciais. Aqui, vale dizer, temos alguns conteúdos lecionados pelo Professor Sérgio Fernando Moro no ano de 2014, em sua tópica “Legislação Penal Especial”, na Universidade Federal do Paraná.

¹⁴⁵ LUPO, Salvatore, op cit., p. 166.

da inexistência de barreiras ou fronteiras, e o que dizer da explosão digital. Essas são as leituras possíveis sobre o fenômeno da criminalidade em grupo, os desafios que alguns países enfrentaram no início, os desafios que se apresentam nos próximos anos, um desafio onde não há vencedores.

4.2 – DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL AOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO: MÁFIAS “À BRASILEIRA”

No Brasil a questão dos “grupos criminosos” e suas origens possibilitam infinitas leituras, várias versões e contextos históricos pertinentes. Na medida das possibilidades, não é totalmente equivocado refletir sobre as organizações criminosas e lembrar, por exemplo, no contexto do Estado de São Paulo o “Primeiro Comando da Capital” (PCC). Da mesma forma, o “Comando Vermelho” (CV) no Rio de Janeiro, entre outras dezenas talvez até mesmo anteriores a essas, e não pouco mortais como a atuação dos “Esquadrões da Morte” ou “Grupos de Extermínio”¹⁴⁶. Uma certeza, ao menos, sobre esse fenômeno emblemático é a de que a sua existência social faz os índices de mortes matadas aumentarem. Outra leitura não menos provável é a de que a atuação desses grupos, independente da sua forma ou estrutura, é do conhecimento de grande parte da sociedade, principalmente do Estado por meio das instituições formalizadas.

Aliás, há quem diga que suas origens apontam para o regime de estado militar das décadas de 60 a 80¹⁴⁷, e a manutenção hoje implicitamente mantida pelo regime “formalmente” democrático através de minorias significativas das instituições formalizadas como a própria polícia através de propinas, do tráfico de influência, da prevaricação, da corrupção principalmente.

¹⁴⁶ Segundo dados levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, no início da década de 90, havia cerca de 183 “grupos de extermínio” somente no Rio de Janeiro. CECÍLIA, Maria. **Discursos sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividades**. COIMBRA. 2000, p. 237.

¹⁴⁷ São várias as possíveis versões dessas organizações, em especial no que se refere a sua origem. Para todos os efeitos, a pesquisa segue o mesmo entendimento de Thadeu de Sousa Brandão, que tais grupos são fruto tanto direto de décadas de desigualdades social e econômica crescentes, bem como frutos da ineficácia ou colapso da perspectiva de ressocialização inexistente no sistema carcerário nacional. Uma possível consequência lógica é o surgimento grupos criminosos organizados (PCC e CV) que controlam internamente o cárcere no Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, e externamente impõem controle do mercado criminal. Assim, conseguem pôr em marcha suas atividades criminosas e contraventoras com extrema facilidade e relativa tranquilidade. Nesse sentido: BRANDÃO, Thadeu de Sousa. **Organizações Criminosas no Brasil: uma análise a partir da teoria das elites e da teoria da ação coletiva**. Revista eletrônica inter-legere – número 03 (jul/dez 2008).

Na leitura dos dados sobre os índices de elucidação de casos, das baixas taxas efetivas de investigação de homicídios dolosos, percebe-se ainda uma suposta crise da segurança pública e nesse sentido alguns questionamentos vão surgindo, como quais seriam os principais agentes ativos do homicídio no país, é o que veremos na sequência.

4.3– QUEM SÃO OS AGENTES DO HOMICÍDIO?

Pois bem, numa perspectiva da análise seca dos dados vitimológicos de homicídios naquelas 4 cidades expostas no capítulo 2 da presente pesquisa, retomando-os aqui, foi possível apontar uma radiografia mínima sobre elementos de sexo, cor, faixa etária e tantos outros dados reveladores de quais agentes (autor e vítima) estão envolvidos na questão do homicídio.

Em Guarulhos, a pesquisa do Ministério da Justiça¹⁴⁸ apontou que muitos assassinatos são próximos ao local da residência da vítima, não raro no mesmo bairro, em geral urbano, e considerando os 132 inquéritos (que contabilizaram um total de 139 vítimas), mais da metade (59,6%) apresentavam a cor parda ou negra, sendo maioria do sexo masculino (91,3%), dos quais mais da metade entre 15 e 30 anos, e, em grande parte ocupantes de profissões que prescindem qualificação profissional. No Pará, os dados também apontaram certa semelhança a cidade paulista, na medida em que a maioria das vítimas (96,4%) também eram homens, dos quais (57,9%) eram considerados jovens adultos (entre 18 e 29 anos), solteiros (56,5%) ou conviventes (11,9%).

E o padrão segue, em Maceió, os dados indicam que tanto os prováveis autores como as vítimas, em sua grande maioria, também são do sexo masculino (92,6%), muitos deles solteiros (84,8%), jovens de 18 a 25 anos (40%), e se dizem, quando registrados, “pardos” (93,5%). Na capital da Alagoas, há um detalhe instigante, que a pesquisa não acolheu nas demais cidades, de que em mais de 72% dos casos relatados de homicídio investigados há informações de que a vítima foi encontrada pouco tempo após o crime ser cometido ou, ainda, a vítima foi morta

¹⁴⁸ FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; NEME, Cristina; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. 409 p.: il. – (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 1). P. 21-24.

na presença de testemunhas oculares, em geral sendo utilizado como objeto meio a arma de fogo (86,6%)¹⁴⁹, não raras descritas situações de extrema violência.¹⁵⁰

Em Curitiba, a pesquisa de campo não passou dos diálogos informais com agentes policiais da capes e delegados da polícia civil da capital, de modo que não foi possível ter acesso aos dados dos inquéritos, segundo os agentes públicos, “por razões de segredo de justiça.” Todavia, essa busca de dados não obteve encontrar aqueles mesmo padrões das cidades indicadas na pesquisa, até mesmo ao lermos os dados eletrônicos cedidos pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, bem como pela CAPE. Nesse sentido, o resultado seguiu o padrão acima, no sentido de que os agentes aqui também são, em regra, pardos e negros, com baixa escolaridade, jovens.

Essa foi uma das leituras possíveis sobre os agentes dos homicídios, mas uma segunda leitura admissível seria no sentido de abordar a atuação de outra parcela de agentes de homicídio, ou seja, da atuação em conjunto, de alguns grupos criminosos atuantes no país hoje, quais sejam: a “milícia privada” e o “esquadrão da morte”, é o que se passará a analisar nos subcapítulos finais.

Em tempo, vale frisar aqui que a perspectiva de amostragem (pela escolha de apenas duas espécies) se deu muito mais para fins didáticos, e para não fugir muito do objeto da pesquisa, muito embora já demonstrada que há várias espécies de grupos criminosos e sumariamente é possível dizer que cada um impacta na majoração da endemia de assassinatos.

4.4 – DA CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA AOS ESQUADRÕES DA MORTE

Complementando o subcapítulo anterior aqui temos outras espécies de agentes do homicídio. Inicialmente, a pertinência de não separar as figuras da “milícia privada” e do “esquadrão da morte”, também denominado “grupo de extermínio”, se deu no sentido da própria estruturação desses grupos, que muito

¹⁴⁹ O mapa da violência por arma de fogo indica que o percentual dos homicídios por arma de fogo nos municípios ultrapasse a taxa de 90% dos casos de homicídios. WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: Mortes por arma de fogo**. CEBELA. p, 28.

¹⁵⁰ “como o caso do corpo do homem encontrado em um depósito, algemado, com marcas de queimadura e perfurações por projéteis de arma de fogo, indicando que antes de morrer a vítima foi submetida à tortura (BO 0013-E/10-0783)”. FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; NEME, Cristina; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. op. cit., p. 32 et seq.

embora possuam suas diferenças, atuam num limite criminal que não raro se confundem. E bem assim a própria lei os configura, na medida em que temos no artigo 288 – A do Código Penal a espécie ou *nomem iuris* “Constituição de Milícia Privada”, e suas subespécies “milícia particular” e “grupo ou esquadrão”, todos com a finalidade de cometer os crimes do Código Penal. Nada obstante a problemática legislativa, importa muito mais as leituras e reflexões sobre a real evidência da morte matada que não raro é “camufladamente” institucionalizada na atuação das milícias e dos esquadrões.

Mas antes, o que de fato tentou dizer os diplomas legais a respeito desses fenômenos criminais? Pois bem, o legislador, através da Lei 12.720, de 27 de setembro de 2012, assim os tipificou de forma aberta: “Art. 288-A. *Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código*”¹⁵¹

Apesar de todas as críticas, seja no sentido ampliativo, pois coloca num mesmo tipo várias figuras, seja no sentido reducionista, pois os restringe apenas aos crimes cometidos no Código Penal. Aqui andou mal o legislador, na medida em que uma das principais atuações desses grupos está no crime de drogas, no controle do tráfico local, na vantagem econômica ilícita que esse crime produz. Isso desde há muito tempo, conforme já elucidava o Promotor Hélio Bicudo, na década de 70, na sua busca solitária frente ao esquadrão da morte comandado pelo então Delegado Sérgio Paranhos Freury.¹⁵²

Aliás, deixando um pouco de lado a perspectiva legal, talvez a melhor descrição da real forma estrutural e do funcionamento dos “grupos de extermínio” assim denominado “esquadrão da morte”, foi trazida por Hélio Bicudo, Promotor de Justiça de Sorocaba-SP, oficial encarregado pela apuração do “*grupo da morte*” chefiado por aquele Delegado em São Paulo na década de 70-80.¹⁵³

Basicamente, o “esquadrão” era formado por agentes públicos, policiais, que num dado instante se arvoraram em árbitros da justiça. Desde então, começaram a

¹⁵¹ Em setembro de 2012 foi aprovada a Lei 12.720 que dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12720.htm>. Acesso em: 05 de outubro de 2015.

¹⁵² BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da morte**. 3ª ed. rev. Pontifícia comissão de justiça e paz de São Paulo. Novembro de 1976. p. 68-70.

¹⁵³ Ibidem, p. 28-30.

atuar e a praticar toda uma variada gama de delitos. Por óbvio, o sucesso ilegal foi imenso e negativamente impactante, na medida em que acabavam literalmente com qualquer adversidade formal através de falsificação de BOs¹⁵⁴ ou adversários por meio de massacres, fuzilamentos¹⁵⁵. Assim mantinham-se no poder, utilizando-se a garantia institucional de seus cargos para o monopólio do tráfico local através de todas as formas possíveis de corrupção¹⁵⁶, assim atuou o “esquadrão da morte”, como mais um dos emblemáticos problemas não menos endêmicos no país.

A atuação criminal aqui possibilita também uma leitura patológica¹⁵⁷ que o país enfrenta não de hoje, e endêmica na medida em que está presente em várias regiões do país. Os meios de comunicação estão aí para nos evidenciar, noticiar quase que diuturnamente¹⁵⁸ a atuação de grupos de extermínio.

O viés da limpeza social, ética, ideológica também está presente nas ações dos grupos de extermínio na perspectiva do elemento subjetivo diverso do dolo, normativo, das intenções de justiça pelas próprias mãos que muitos homens de farda equivocadamente pensam. E justamente aqui, nesta questão, é que se defende uma possibilidade de leitura diversa. Contrária às leituras datenizadas, baseadas no direito do autor, inconstitucionais, imorais, injustificáveis no modelo democrático de direito que se pretende hoje.

Assim, com já aventada leitura, a pesquisa não tem a pretensão contrária à instituição policial, mas sim uma leitura baseada no direito penal constitucional que é do fato. Nesse sentido, é contrária e rechaça a parte inconstitucional e ilegal da atuação dos grupos policiais como demonstrados até o momento. Principalmente pela premissa básica de que não é com crimes que se combate o crime de homicídio. Não se combate o crime sendo o próprio crime.

Feitas essas ponderações, abrem-se as possíveis leituras do fenômeno das

¹⁵⁴ Interessa apenas pontuar aqui a reflexão da existência, já nessa época, reprovável figura dos “autos de resistência seguido de morte”, que em verdade se trata, como veremos à frente, na sua maioria de casos, execuções sumárias ou extrajudiciais, quer de pessoas envolvidas na criminalidade, quer de pessoas inocentes, que não raro, como diz o ditado “*estavam lugar errado e na hora errada*” durante as ações ou diligências policiais. Para mais, ver o relatório: **Você Matou meu Filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro**. Anistia internacional . – Rio de Janeiro : Anistia Internacional, 2015.

¹⁵⁵ BICUDO, Hélio Pereira, op. cit., p. 68 et seq.

¹⁵⁶ idem, p. 21.

¹⁵⁷ BARCELLOS, Caco. **Rota 66: a história da polícia que mata**. Editora Record. 2003. São Paulo. 350 p.

¹⁵⁸ Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/19/interna_cidade sdf,495247/pf-faz-operacao-contra-grupo-de-extermínio-formado-por-pms-do-entorno.shtml>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

milícias privadas na majoração dos índices de homicídios. Não menos impactante nos índices de homicídios, seja pelos literais “arquivamento” de corpos, seja pelos literais arquivamentos de BOs sob o crivo de ARSM, a figura das milícias no país é também um grande desafio a política-criminal.

Aqui, para além da abstração legal do artigo 288-A do Código Penal, talvez seja mais claro visualizar o que se tem por milícia a atuação do grupo comandado pelo personagem Fábio, um dos policiais corruptos do filme *Tropa de Elite 2: “o inimigo agora é outro.”*¹⁵⁹

A correlação das cenas trazidas no filme, no tocante ao funcionamento das milícias nos morros do Rio de Janeiro, com a realidade é praticamente exata, em várias medidas. Quem diz isso é o mais recente relatório intitulado “*Você Matou meu Filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*”¹⁶⁰. Ainda este ano a Anistia Internacional divulgou uma radiografia sobre o que de fato temos na figura do ARSM, execuções sumárias, em taxas altíssimas. Para fins de elucidação do impacto desse tipo criminal, tanto nos índices de homicídios à mão armada como nos baixíssimos índices de efetiva investigação, vejamos alguns indicativos resultantes da pesquisa realizada pela Anistia Internacional.

Para se ter uma ideia, baseada apenas nos dados oficiais (considerando 2005 a 2014) foram registrados cerca de 8.466 casos de homicídios decorrente de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro, dos quais, considerando apenas os dados de 2011, resultaram em apenas um oferecimento de denúncia nesse ano e depois mais três até o ano de 2015¹⁶¹. Ou seja, numa leitura matemática considerando o índice mediano de 940 mortes anuais “registradas” e o irrisório índice de 1 oferecimento de denúncia ano, tire vocês as conclusões sobre a inoperância estatal diante das mortes matadas.

O fenômeno do crime, do homicídio, nas formas criminais mediante atuações de grupos de extermínios ou esquadrões da morte, ou ainda mediante a forma de milícias privadas constituem desafios tamanhos que não são passíveis apenas a cargo de quem “*puxa o gatilho*”, afinal, como bem disse o então Coronel Nascimento

¹⁵⁹ **Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro.** Direção José Padilha. Produção Marcos Prado e José Padilha. Coprodução Wagner Moura e Bráulio Mantovani. Brasil. 2010. Ação. Blu-ray Disc (115 min). Colorido.

¹⁶⁰ **Você Matou meu Filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro.** Anistia Internacional . – Rio de Janeiro. 2015.

¹⁶¹ Idem, p. 6.

no depoimento da CPI das milícias, já no final do filme: “ninguém puxa o gatilho sozinho”.¹⁶²

Mudanças na política criminal são necessárias, mas isso apenas não basta, não é possível sem o apoio da sociedade. A questão do homicídio é muito complexa, e nessa medida é uma questão que também deve esclarecida e debatida, mas, de início, a própria sociedade deve tomar conhecimento desses indicativos numéricos “inaceitáveis” e que ainda continuam “camuflados”, não publicitados. Essas são as considerações mínimas para trabalhar.

¹⁶² Uma das frases utilizadas pelo Cel. Nascimento na CPI das milícias do Rio de Janeiro. **Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro.** op, cit.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras de João Cabral de Melo Neto, no poema “Morte e Vida Severina”, sintetizam pontos marcantes sobre a mortalidade causada pela seca do sertão nordestino, e dos problemas consequentes da falta de Estado social. O poema também traz à tona uma leitura bem possível do dilema brasileiro sobre a mortalidade causada pela “bala”, a morte matada. Numa de suas passagens literais, assim implicitamente reflete o poeta “[...] E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma ‘morte Severina’: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte [...]”¹⁶³.

As palavras do autor na obra em questão também permitem outras aproximações com a leitura crítica que se pretendeu indicar na presente pesquisa, objeto da monografia. Nesse sentido vale trazer mais uma das passagens do “pobre” Severino, quando durante sua caminhada no árido sertão então se deparou com outros dois homens carregando um “defunto” numa rede, e aos gritos lhes indagou:

- E foi morrida essa morte,
irmãos das almas,
essa foi morte morrida ou foi matada? (*dizia Severino*).
- Até que não foi morrida,
irmão das almas,
essa morte foi matada,
numa emboscada. (*diziam os outros dois homens, irmãos das almas*).
- E o que guardava a emboscada,
irmãos das almas,
e com que foi que o mataram,
com faca ou bala?
- Esse foi morto de bala,
irmão das almas,
mais garantido é de bala,
mais longe vara.
- E quem foi que o emboscou,
irmãos das almas,
quem contra ele soltou
essa ave-bala?
- Ali é difícil dizer,
irmão das almas,
sempre há uma bala voando
desocupada.¹⁶⁴

¹⁶³ MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 (Poesia brasileira), p. 30.

¹⁶⁴ idem, p. 31.

A leitura da mortalidade do sertão aqui encontra congruência com a da cidade aventada em parte na pesquisa na medida em que se vislumbra cotidianamente a morte matada, de jovens, por emboscada, de bala perdida, e de autoria desconhecida.

A violência hoje é um dos principais problemas que a população brasileira enfrenta e, no mesmo sentido, o homicídio que apresenta índices em proporções alarmantes a ponto de colocar o país como um dos mais violentos do mundo, com taxas tão mortais quanto às das guerras. O país enfrenta hoje, a pesquisa buscou apontar isso, uma verdadeira guerra interna sem vencedores, com milhares de “mortes matadas”. Principalmente evidenciados em regiões suburbanas das cidades marcadas na discussão da monografia nas quais aflora a desigualdade social e os baixos índices de desenvolvimento humano. Não raro, nessas regiões a prevalência não é a educação, nem a saúde, quem dirá segurança pública, mas sim a das regras do silêncio, da sobrevivência, do tráfico, da “morte matada”. Nesse contexto é possível dizer que a endemia levantada na pesquisa é também reflexo da falta de cobertura do estado social, da posituação de direitos fundamentais e também uma das consequências de uma política que troca o “giz” pela “bala”.

A violência representada pelos altíssimos índices de homicídio pode ser lida como resultante de um estado de segurança pública que tem apenas a lógica repressiva ou punitiva como objetivo principal, marginalmente deixando de lado questões anteriores ao delito, como as causas da criminalidade em sua origem. Assim, questiona-se talvez fosse mais racional ou lógico o Estado assumir sua missão social e buscar o que tem causado 56 mil assassinatos/ano ao invés de apenas buscar investigar a autoria desses homicídios, que, aliás, não ocorre de forma eficaz. É inadmissível uma taxa de 5 a 8% de elucidação de casos, assim como é absurdo uma taxa de quase 60 mil “mortes matadas” por ano.

A pesquisa também possibilitou conclusões de uma possível lógica de saneamento, de contingenciamento e até mesmo de arquivamento de corpos, quase sempre jovens, negros ou pardos, analfabetos, agentes que apresentam uma massa incapacitada de competir igualitariamente no mercado formal. É possível dizer também que a onda de homicídios é resultante de uma lógica letal e ilegal, até mesmo inconstitucional na medida em que se adota para combater esse delito o viés do direito penal do inimigo, traduzido aqui principalmente pelos autos de resistência

seguido de morte, bem como as atuações de grupos de extermínio ou de milícias.

A onda de violência, representada pela endemia de assassinatos e da sensação de impunidade pelos baixíssimos índices de elucidação de casos, trazem à tona o sentimento de medo. Como trabalhar os casos de “bala perdida”, de “execuções sumárias” ou de homicídios camufladamente taxados como atos de resistência seguido de morte são os desafios da política de segurança pública.

O que vale mais, o patrimônio ou a vida? Por mais óbvia a resposta em salvar o direito fundamental à vida, ao ler o Código Penal e os preceitos secundários (penas) dos tipos patrimoniais e compará-los aos indicados nos tipos penais que tem a vida como bem jurídico aquela obviedade começa a se esvair. É mais trágico ainda observar a inversão de valores que paira na sociedade líquida contemporânea, quando na prática se prende muito mais por furto, roubo, drogas, do que por assassinatos, homicídios dolosos. Nesse sentido, vive-se hoje, antes de tudo, forte sensação de banalização da morte, onde se opera quase que institucionalmente a mera contagem de corpos, ou o simples arquivamento de óbitos quando muitas delas não são investigadas ou elucidadas.

A banalização da morte “matada”, do homicídio doloso, é hoje no país um fato tangível conforme se demonstrou na pesquisa de dados. É possível apontar que essa banalização se dá em grande parte do país, inclusive nas cidades consideradas modelos como Guarulhos-SP ou Curitiba-PR, particularmente nas áreas populacionais de baixo desenvolvimento, como favelas e guetos. Os altos índices de mortes nessas regiões compensam os baixíssimos índices dos bairros nobres, o que acontece em Curitiba quando comparamos os índices por bairros.

Sem entrar nas especificidades dos dados da endemia, talvez um dos grandes questionamentos que a política nacional de segurança pública hoje deva realizar seja “como efetivamente trabalhar esses dados de guerra interna?” Ou seja, como ler a radiografia da endemia de mortes aos milhares e investigações elucidativas na escala decimal, ínfima. Qualquer que seja a leitura possível a ser realizada pela segurança pública, ela só será efetiva se tiver em sua agenda o fomento em conjunto com o desenvolvimento humano. Essa possível resposta é dada pelos países nórdicos, europeus e até mesmo norte americano, na medida em que apresentam altos índices de desenvolvimento humano e baixos índices de homicídios e altos índices de investigação e elucidação de casos.

A questão das armas de fogo nos índices mortais de assassinatos é hoje fundamental na agenda da segurança pública, já que há fortes evidências tráfico interno no país hoje conforme indicou a Comissão Parlamentar de Investigação do Tráfico de Armas. Nada obstante, também é candente e emergencial a adoção de medidas efetivas no que dizem respeito ao controle do arsenal de armas que atualmente está próximo de 20 milhões. Sobretudo, conforme indicou a investigação na pesquisa, grande parte desse quantitativo está em situação irregular, não poucas em situação de ilegalidade, e mais da metade em mãos criminais operadas por agentes integrantes de grupos de extermínio, dos famosos esquadrões da morte, ou ainda em mãos de milicianos, as máfias à brasileira.

A respeito desses grupos, a leitura e lição do direito comparado apontaram desde os efeitos negativos da criação de uma norma penal incriminadora, como as consequências criminais da “lei seca” norte americana, bem como demonstrou também a ineficácia do efeito negativo da prevenção geral na pós-modernidade. Vislumbrou-se, após a edição do crime de tráfico de bebidas estadunidense, que houve um aumento nos índices de ilicitude e, também, o nascimento de grupos criminosos. Na Itália, muito embora em outro contexto cultural, o direito comparado também nos mostrou que alguns grupos praticamente colocaram a segurança interna do país em cheque, sendo efetivamente combatida muito mais pela união e o apoio efetivado pela população, demonstrada pela comoção após as ondas de ataques e assassinatos das décadas de 80 e 90.

Aqui no Brasil, a questão dos grupos criminais é não menos complexa, especialmente quando se tem desde milícias a esquadrões da morte integrados não raro por agentes participantes das instituições formalizadas. Seja através da limpeza social, étnica, seja pela prestação de serviços sob o argumento da ausência estatal, uma das questões que aqui se abrem é a própria inércia populacional, certa forma por problemas na base educacional do povo e, ainda, por tempos que a crise política toma quase que totalmente o foco ou centro das atenções. O que não se pode olvidar é da evidência real da atuação desses esquadrões, e o quanto fazem majorar os índices de mortes e minorar as taxas de investigação pelos institutos criminais da corrupção, do tráfico de influência, ou até mesmo da prevaricação.

A pesquisa evidenciou suntuosos índices de homicídios dolosos à mão armada em contraposição a insignificantes índices de elucidação de casos.

Igualmente, a tese também apontou alguns fatores que envolvem essa violência mortal e algumas leituras possíveis dos dados da criminalidade pela inoperância estatal. Nessa perspectiva, demonstrou-se como fator negativo a falta de integração ou interação das polícias na medida em que estão em posições totalmente antagônicas, ou distintas para enfrentar a mesma questão penal, o crime do homicídio. Ainda que a missão do Estado seja combater a onda de assassinatos, a Segurança Pública tem se apresentado em formas institucionais que não se complementam, até mesmo se distanciam. Visto que temos uma instituição civil, outra militar, uma investigativa outra ostensiva e, não raro, essa fazendo às vezes daquela. Como possibilidade, talvez um dos caminhos seja começar uma aproximação da polícia à população. Uma polícia ao lado dos cidadãos e não contra os cidadãos. Uma polícia pautada no direito do fato e não do autor. Uma polícia que efetivamente combata o crime e não cometa crimes para combatê-los.

Nesse diapasão, surge, então, a questão do fomento da estruturação investigativa para os crimes contra a vida, o que implica diretamente em implementos na instituição da policial civil, investigativa, judicial. E quanto à instituição policial militar, surge a questão da desmilitarização das polícias militares, pelo simples fato que não é o regime adequado para tratar seus próprios nacionais, a própria população. Essas mudanças iniciais talvez aproximem os servidores públicos da segurança pública à população, e os resultados serão infinitamente positivos à investigação, a começar, a título de exemplo, pelas colaborações testemunhais que hoje se apresentam como um dos entraves à investigação.

No mesmo sentido, combater a “morte matada” como política de segurança pública requer estudos a fundo dos dados estatísticos, o que requer índices mais fidedignos com a realidade de mortes e criminalidade hoje, muito maior que os publicados nos órgãos públicos. E, um passo a mais, a política de segurança pública deve não apenas trabalhar esses dados, mas lê-los sob outros enfoques, principalmente sociais, pois não é apenas com investigações elucidativas ou efetivas que se combate esse tipo de crime, pois antes de tudo se trata de termos menos mortes. Desse modo, questões antecedentes às mortes e não apenas ao delito, o que é mais dificultoso trabalhar.

Essas foram, finalmente, as considerações dedutíveis ou leituras possíveis sobre a complexidade que envolve o crime de homicídio doloso. Restou configurado

que se trata de um delito complexo, que envolve desde fatores internos ou subjetivos (na abordagem do *animus necandi*), a fatores externos que a pesquisa procurou aqui abordar através da somatória de dados empíricos e bibliográficos, sem deixar de lado também a perspectiva da literatura, inclusive musical.

A pesquisa apontou que o desenvolvimento humano; o fomento a políticas públicas investigativas; a unificação e desmilitarização das instâncias policiais; e, por fim, o controle efetivo do arsenal armamentista do país; são possibilidades iniciais plausíveis a serem implementadas na agenda política de segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, Caco. **Rota 66: a história da polícia que mata**. São Paulo: Editora Record, 2003.
- BARROSO, Luis Roberto Barroso. **Direito constitucional brasileiro. Teoria da constituição e direitos fundamentais**. Coordenação, Clèmerson Merlin Clève. Revista dos Tribunais, 2014.
- BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos. Violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- _____. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 5.ed. Setembro de 2001.
- BATISTA, Vera Malaguti. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. **A arquitetura do medo**. Editora Renan. Ano 7, nº 12, 2º semestre de 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. **Modernidade e holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da morte**. 3.ed. Rev. Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Novembro de 1976. 279, p.
- BRANDÃO, Thadeu de Sousa. **Organizações Criminosas no Brasil: uma análise a partir da teoria das elites e da teoria da ação coletiva**. Revista Eletrônica Interlegere – número 03 (jul/dez 2008).
- BRITO, Alexis Augusto Couto de. **O Estatuto do Desarmamento: Lei 10.826/2003**. 1.ed. São Paulo: RCS Editora, 2005.
- CECÍLIA, Maria. **Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades**. COIMBRA. 2000, p. 237.
- CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte especial** (arts. 121 ao 361). 6.ed. rev. et. atual. Editora Juzpodivm. 2014. P. 656-659.
- DAL RI JÚNIOR, Arno. **O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- DAMÁSIO, E. de Jesus. **Manual de Direito penal**, 23.ed. São Paulo, Saraiva, v. 1, p, 395.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- ENASP. Estratégia nacional de justiça e segurança pública. **Meta 2: a impunidade como alvo. Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil**. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2015.
- FALCONE, Giovanni. **Cosas de la Cosa Nostra**. Barcelona: Ediciones Barataria, 2006.

FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; NEME, Cristina; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. 409 p. : il. – (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 1). Disponível em: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=902aef2a-d6ae-4015-a5cf-60ba8ef9cf57&groupId=124015>. Acesso em: 18 de abril de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão: revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Mello Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

GEOGRAFIA DO CRIME EM CURITIBA: a produção de espaços segregados pela violência. Pesquisa realizada por Marcelo Bordin. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/24125/GEOGRAFIA%20DO%20CRIME%20EM%20CURITIBA_A%20PRODUCAO%20DE%20ESPACOS%20SEGREGADOS%20PELA%20VIOLENCIA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

HOMICÍDIOS NO BRASIL: registro e fluxo de informações. **Mortes violentas no Brasil: uma análise do fluxo de informações**. Coleção pensando segurança pública. Ministério da justiça. Brasília – DF, 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//pensando_a_seguranca_publica_vol_4_fluxo.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2015.

JAKOBS, Günther, MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo, Noções e Críticas**. Ed. Livraria do Advogado, 2005.

LIMA, Roberto Kant de. **Ensaio de antropologia e de direito**. Acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e de produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Coleção conflitos, direito s e culturas. Coordenadores Roberto Kant de Lima e Miche Misse. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2008. P. 289.

LUPO, Salvatore. **História da Máfia – Das origens aos nossos dias**. São Paulo: UNESP, 2002.

MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. **Coleção armamento: armas, munições e equipamentos policiais**. Cascavél-PR. Gráfica Tuicial, 2010.

MALERBA, Jurandir. Lord Acton. **Lições de História: O caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Mapeamento do comércio e tráfico ilegal de armas no Brasil. Oscip viva comunidade. Apoio: Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em conjunto com o Ministério da Justiça. Rio de Janeiro Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.vivario.org.br/publique/media/Seguindo_a_Rota_das_Armas.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2015.

MATOZINHOS, Dea Rito. Robocop, o policial do futuro (O futuro da paz urbana), In discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, a. 7, n. 12, 2º, Semestre, 2002, p. 197 – 204.

MISSE, Michel. **A necessária modernização da polícia brasileira**. Programa de pós-graduação em sociologia e antropologia. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/material/getPDF.asp?t=141229&tp=1>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

PILAGALLO, Oscar. **Corrupção: entrave ao desenvolvimento do Brasil**. 1ª ed. São Paulo. Editora Elsevier, 2013.

SÁ, PRISCILLA PLACHA. **Mal-estar de Arquivo: As polícias como Arquivistas do Soberano**. f. 364. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal parte geral**. 2.ed. ver. Atual. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2007.

_____. **A moderna teoria do fato punível**. 4.ed. rev. atual. Curitiba: ICPC/Lumen Juris, 2005.

Small Arms Survey 2007. Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais/ Graduate Institute of International Studies. 47 Avenue Blanc. Genebra. Suíça. Setembro de 2007.

SOUZA, Percival. **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. Editora Globo. São Paulo, 2000.

SOZZO, Maximo. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. **Polícia na América latina**. Editora ReVan. Ano 7, nº 12, 2º semestre de 2002.

THOMPSON, Augusto F. G. Discursos sediciosos. Crime, direito e sociedade. **Reforma da polícia: missão impossível**. Ed. Freitas Bastos. Rio de Janeiro. N. 9/10, jan.) dez. 2000.

Você Matou Meu Filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Anistia internacional. – Rio de Janeiro: Anistia internacional, 2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo**. Realizado pelo Instituto Sangari, sob a coordenação de Júlio Jacobo Waiselfisz. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

Artigos. Notícias. Jornalismo:

“19 das 50 cidades mais violentas do mundo são brasileiras”. Por Luiz Flávio Gomes. Disponível em: <<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/164811531/19-das-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-sao-brasileiras>>. Acesso em: 24 de abril

de 2015.

“87% são a favor da redução da maioria penal, diz Datafolha”. G1, Globo notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/87-dos-brasileiros-sao-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.html>>. Acesso em: 21 de agosto de 2015.

“A coerção penal no âmbito da Lei dos Crimes Hediondos”. Por Simone Moraes dos Santos. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4690/a-coercao-penal-no-ambito-da-lei-dos-crimes-hediondos>>. Acesso em: 23 de agosto de 2015.

“A legalização é uma paz”. Por Renato Cinco. LE MONDE, Diplomatic Brasil. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1575>>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

“A origem das armas de fogo”. Por Maria Aparecida Ramos. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/tecnologia/armas-442832.shtml>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

“Brasil tem maior número absoluto de homicídios do mundo”. Por Jamil Chade. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-numero-absoluto-de-homicidios-do-mundo,1604827>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

“Brasil. Armas usadas pelo crime” (...) ‘.38 é a arma que mais mata do país. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/armas-usadas-pelo-crime/>>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

“Câmara instala comissão para debater o fim do Estatuto do Desarmamento”. Globo, notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/camara-instala-comissao-para-debater-fim-do-estatuto-do-desarmamento.html>>. Acesso em: 06 de julho de 2015.

“Com menos armas, Brasil tem três vezes mais mortes a tiro que os EUA”. Por Maurício Moraes, e participação de José dos Reis Santos Filho, sociólogo e professor da Unesp de São Paulo. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121218_armas_brasil_eua_violencia_mm.shtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

“Delitômetro. (...) Homicídio Cometidos no Brasil desde 1980 até hoje”. Instituto Avante Brasil. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

“Direito comparado. Introdução ao direito constitucional norte-americano”. Por Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16111-16112-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

“Escutas mostram grupo de PMs recebendo até galinhas como propina.” G1. Fantástico do dia 04 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/10/escutas-mostrar-grupo-de-pms-recebendo-ate-galinhas-como-propina.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2015.

“Liberdade e pessoa: crítica ao direito penal”. Legislação estrangeira. Itália, código penal italiano. Art. 416 bis - Associazione di tipo mafioso. (...). Por , Juarez Tavares. Disponível em: <<http://www.juareztavares.com/textos/codigoitaliano.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

“Morre ciclista esfaqueado na Lagoa, na zona sul do Rio (...) Homem não teria

reagido a assalto, mas, mesmo assim, foi atacado (...) segundo testemunhas, dois adolescentes golpearam o médico.” G1, Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/morre-ciclista-esfaqueado-na-lagoa-na-zona-sul-do-rio.html>>. Acesso em: 26 de setembro de 2015.

“Número de homicídios no Paraná cresce 55% em uma década.” G1. Globo, Paraná. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/07/numero-de-homicidios-no-parana-cresce-55-em-uma-decada.html>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

“Paraná dá início aos trabalhos da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP)”. Assessoria de imprensa de segurança pública do Paraná. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=7237&tit=Parana-da-inicio-aos-trabalhos-da-Divisao-de-Homicidios-e-Protecao-a-Pessoa>>. Acesso em: 23 de março de 2015.

“PF faz operação contra grupo de extermínio formado por PMs do entorno do Distrito Federal.” Por Renato Alves. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/19/interna_cidade_sdf,495247/pf-faz-operacao-contragrupodeexterminio-formado-por-pms-do-entorno.shtml>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

“Sociólogo teme “explosão” de mortes com mudanças no Estatuto do Desarmamento.” Por Ivan Richard. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/05/sociologo-teme-explosao-de-mortes-com-mudancas-no-estatuto-do-desarmamento>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

“Suécia e Holanda fecham prisões. Brasil fecha escola e abre presídios.” Por Luiz Flávio Gomes. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/suecia-e-holanda-fecham-prisoas-brasil-fecha-escolas-e-abre-presidios/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

Relatórios. Pesquisas:

Atlas Brasil. O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro. IDHM do Brasil 1991/2000/2010. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2015.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Curitiba-PR. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/curitiba_pr>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

_____. Maceió - AL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maceio_al>. Acesso em: 17 de abril de 2015.

_____. Guarulhos - SP. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/3666>. Acesso em: 17 de abril de 2015.

_____. Belém - PA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/3970>. Acesso em: 17 de abril de 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília : Secom, 2014.

Cape. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/mo_dules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados. Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.dfpc.eb.mil.br/>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

Ibge. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 Paraná. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=0>>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

Ipea. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 02 de agosto de 2015.

_____. **Sistema de Indicadores de Percepção Social no Brasil - SIPS.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Segurança pública. Brasília. 5 de Julho de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro%20bapi_4_web.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

Polícia Civil do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

Polícia Federal. Sistema Nacional de Armas – SINARM. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/servicos/armas/armas>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

Relatório estatístico criminal de 2009. Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2009Errata.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Relatório estatístico criminal de 2010. Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2010Errata.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Relatório estatístico criminal de 2011. Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2011_Errata2.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Relatório estatístico criminal de 2012. Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RelatorioRelativoMorte2012.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Relatório estatístico criminal de 2013. Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Relativo_Morte_2013.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Relatório estatístico criminal quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte janeiro a dezembro de 2014. Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Mortes_PR_4trimestre2014.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

Relatório nacional da execução da meta 2. Concluir as investigações por homicídio doloso instauradas até 31/12/2007. Brasília, 2012. Conselho Nacional do Ministério Público. Conselho Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2015.

Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. Gestão da segurança. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

Literatura. Música. Filme:

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 (Poesia brasileira). p,135.

O CALIBRE. Álbum: **Longo Caminho**. EMI. 2002. Autoria de Herbert Vianna. Os Paralamas do Sucesso.(3min 24).

O RAPPA. Lado A Lado B. **Minha Alma (a paz que eu não quero)**. YUKA, Marcelo. Warner Bross C, 1999. Cd, faixa 6 (5 min 02 seg).

TEMPOS DIFÍCEIS. Álbum: **Holocausto Urbano**. Gravadora Zimbabwe 1990. Produção Alexandre e Marcelo. Racionais MC's (3min 52s).

TROPA DE ELITE 2: O INIMIGO AGORA É OUTRO. Direção José Padilha. Produção Marcos Prado e José Padilha. Coprodução Wagner Moura e Bráulio Mantovani. Brasil. 2010. Ação. Blu-ray Disc (115 min). Colorido.

